

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - ATA
 - 1.1 - Reunião de Comissões
- 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 2.1 - Comissões
- 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
- 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 5 - ERRATAS



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/3/2011

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Fred Costa e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Desenvolvimento Social; dos Srs. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário de Transportes, e Gileno Gomes de Oliveira, Chefe de Assessoria Parlamentar do Ministério do Meio Ambiente (8/1/2011); do Sr. Mauro Brito, Presidente da Cohab-MG; das Sras. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento; Marta de Sousa Lima, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde; dos Srs. Walter Antônio Adão, Diretor-Geral do Idene; Agostinho Patrus Filho, Secretário de Turismo; Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social; e João Carlos Vitor Garcia, Vice-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (4/2/2011); dos Srs. Márcio Luiz Murta Kangussu, Presidente da Copanor; Elmiro Alves do Nascimento, Secretário de Agricultura; Antônio Lima Bandeira, Presidente da Emater-MG; Nárcio Rodrigues, Secretário de Ciência e Tecnologia; Ronaldo Araújo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Defesa Social; Marcus Bicalho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Transportes; Ramon Victor Cesar, Presidente da BHTRANS; Márcio Leão Coelho, Coordenador-Geral de Gestão de Riscos Operacionais da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; e Rogério Veiga Aranha, Superintendente em Minas Gerais da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (10/2/2011); dos Srs. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; José Francisco da Silva, Superintendente de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social da Secretaria de Defesa Social; da Sra. Marta de Sousa Lima, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde; dos Srs. Antônio Lima Bandeira, Presidente da Emater-MG; Marcus Bicalho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Transportes; Bilac Pinto, Secretário de Desenvolvimento Regional; Bráulio Braz, Secretário de Esportes e da Juventude; Arlindo Porto Neto, Presidente em exercício da Cemig; Francisco Pinto da Fonseca, da Gerência de Saneamento Ambiental da Feam; e Fabrício Torres Sampaio, Secretário Adjunto de Transportes (11/2/2011); da Sra. Raquel Elizabete de Souza Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica; dos Srs. Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social; Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig; Luiz Afonso Vaz de Oliveira, Presidente da Ruralminas; Gil Pereira, Secretário Extraordinário para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas; Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente da Copasa-MG; e Sérgio Penna, Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal (17/2/2011); da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (18/2/2011); dos Srs. Gustavo Botelho Neto, Delegado-Geral de Polícia; Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional do DNIT no Estado (substituto); Ronaldo José Ferreira Magalhães, da Diretoria de Áreas Protegidas do IEF; e da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (24/2/2011). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados



requerimentos dos Deputados André Quintão (4) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública a fim de discutir os planos de ação, para este ano, da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, ambas desta Casa; seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, no Município de Virgem da Lapa, para discutir, em audiência pública, a situação dos cortadores de cana frente à acelerada mecanização do campo (por solicitação da Prefeitura e do Sindicato de Trabalhadores Rurais desse Município); seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para discutir, em audiência pública, os procedimentos relativos à inscrição de entidades junto aos Conselhos de Assistência Social e de certificação junto ao Ministério de Desenvolvimento Social, conforme a Resolução nº16/2010, do Conselho Nacional de Assistência Social (por solicitação do Conselho Estadual de Assistência Social); André Quintão e Carlin Moura em que solicitam seja realizado debate público para discutir a implantação no Estado do Plano Nacional de Banda Larga, do Ministério das Comunicações (por solicitação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Minas Gerais - Sinttel); Carlin Moura (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Conceição do Mato Dentro, para discutir o andamento do processo de reconhecimento da Comunidade Três Barras como quilombola, bem como para acompanhar a execução dos programas do governo federal; seja realizada reunião de audiência pública para discutir a implantação de sistema de iluminação, abastecimento de água e coleta de esgoto na Comunidade Nascentes Imperiais, do Município de Contagem; Fred Costa (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação dos moradores da Vila Acaba Mundo; e dos moradores do Bairro Santa Mônica, expostos ao Córrego do Marimbondo; seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Turismo, Comércio Indústria e Cooperativismo, para discutir, em audiência pública, a situação dos Mercados de Santa Tereza e do Cruzeiro; Durval Ângelo em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos, para discutir, em audiência pública, a reforma política. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2011.

André Quintão, Presidente - Bosco - Carlin Moura.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/3/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir os motivos da transferência do Cb. PMMG Robert Martins de Barros do Município de Coronel Fabriciano para o Município de Santana do Paraíso, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2011

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anselmo José Domingos, Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/3/2011, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 10 de março de 2011.

Ivair Nogueira, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/3/2011, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentação do livro "Opção pelos Pobres no Século XXI", organizado por Pedro A. Ribeiro de Oliveira, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 1º/3/2011

O Deputado Bruno Siqueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mineiros, mineiras. É com muita honra que faço hoje meu primeiro pronunciamento. Nas duas últimas semanas houve o fórum democrático, muito importante para debatermos problemas e soluções para o nosso Estado de Minas Gerais.

Primeiramente faço um agradecimento muito especial aos mineiros e mineiras, principalmente aos da minha cidade natal, Juiz de Fora, onde nasci, estudei e concluí o curso de engenharia civil, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Quase 44 mil cidadãos e cidadãs de Juiz de Fora confiaram seu voto a nosso mandato na Assembleia Legislativa. Somam-se à população de Juiz de Fora mais 25 mil votos, totalizando 68.437, 90% da Zona da Mata de Minas Gerais, um percentual muito importante para nós na Região Metropolitana de Belo Horizonte, para termos nosso compromisso com os Deputados e Deputadas da Assembleia Legislativa e com a Mesa da Assembleia.

Aproveitamos para parabenizar o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; o nosso amigo do PMDB e Vice-Presidente, Deputado José Henrique; e os companheiros do partido, Deputados Sávio Souza Cruz, Vanderlei Miranda, Antônio Júlio, Ivair Nogueira e Adalclever Lopes. Também vejo aqui o Deputado Doutor Wilson Batista, de Muriaé, que, juntamente conosco, compõe a pequena mas, sem dúvida alguma, importante bancada da Zona da Mata de Minas Gerais. Trabalharemos muito por nossa região.

Nesse contexto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, suscito uma questão muito importante. A Zona da Mata de Minas Gerais tem empobrecido muito nas últimas décadas. Falo isso sem dizer de governo “x”, “y” ou “z”, governo federal, estadual ou governos municipais. Falo em relação ao verdadeiro ato de covardia realizado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, que possui “royalties” de petróleo em abundância, tem feito um verdadeiro terrorismo às empresas de Minas Gerais, um assédio aos empresários mineiros, fazendo com que nossos empregos sejam deslocados para aquele Estado. Para que as senhoras e os senhores, mineiras e mineiros presentes tenham noção, nos últimos anos, só da minha cidade natal de Juiz de Fora saíram mais de mil empregos diretos para o Estado do Rio de Janeiro. Várias empresas foram assediadas por meio de recursos de guerra fiscal e diminuição do ICMS, e foram transportadas diretamente de Juiz de Fora para o Estado do Rio de Janeiro. Se verificarmos a nossa Zona da Mata como um todo, mais de 1.500 empregos diretos foram transportados de Minas Gerais para o Estado do Rio de Janeiro.

Sou um Deputado eleito pelo PMDB. Não sou do partido do atual Governador nem do ex-Governador, mas tenho de reconhecer o trabalho do ex-Governador Aécio Neves naquela região. Quando eu era Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, juntamente com o Prefeito, com a associação comercial, com as entidades de classe, solicitamos ao Governador que fizesse um decreto, no ano de 2009, muito importante para nós, da Zona da Mata, o qual fez com que Minas Gerais entrasse, e entrou, na guerra fiscal. Conseguimos, por meio desse decreto baixado pelo Governador Aécio Neves, reverter muito uma situação que, infelizmente, estava preocupando demais as lideranças políticas e empresariais da nossa cidade e da Zona da Mata como um todo. Esse decreto faz com que as empresas que estão sendo assediadas pelo Estado do Rio de Janeiro possam reivindicar ao governo do Estado, com a aprovação da Assembleia Legislativa, uma diminuição de imposto. Já estamos tendo resultados práticos. Algumas empresas que se deslocaram para o Rio de Janeiro já estão retornando para Minas Gerais, gerando emprego neste Estado. Mais do que isso, já está sendo anunciada a criação de novas empresas na nossa região, para que possamos fazer com que a Zona da Mata de Minas Gerais se reerga estrutural e economicamente.

Aqui na Assembleia Legislativa ouvimos muito que precisamos desenvolver o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Precisamos, sim, mas precisamos também fazer com que a Zona da Mata seja escutada, que ocorra investimento na região. Já se começa a verificar essa realidade nos últimos anos.

É nesse intuito que defenderemos sempre os interesses de Juiz de Fora, da Zona da Mata de Minas Gerais. Não podemos deixar de fazer com que nossas vozes, nossas ações, nossas necessidades sejam escutadas pelos Poderes, federais ou estaduais, Legislativo ou Executivo. Precisamos fazer com que Minas Gerais seja escutada como um todo.

Assumo este meu primeiro mandato aqui na Assembleia Legislativa objetivando atender à solicitação, aos anseios da população da Zona da Mata de Minas Gerais. Não tenho dúvida de que, com a compreensão e com o apoio dos demais pares desta Casa, faremos com que as várias Minas Gerais tenham voz ativa em cada um dos segmentos em que é necessário reivindicar soluções para nossas populações.

Listarei alguns dados para que V. Exas. tenham noção do que estamos falando. Tais dados são referentes ao período de 1999 a 2006. Faço questão de me referir a esse período porque muitos aqui sabem da minha ligação com o ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco. Falo, aliás, do período em que ele foi Governador. A taxa de crescimento foi de 14,14% na Zona da Mata, enquanto no Estado foi de 28,12%. A taxa de crescimento em Belo Horizonte foi de 12%; em Betim, 47%; em Ipatinga, 32%; em Sete Lagoas, 40%; em Uberlândia, 14,4%. Infelizmente, para que V. Exas. tenham noção do que estou falando, a taxa de crescimento de Juiz de Fora foi de 2,9%. Um dos motivos foi o assédio do Estado do Rio de Janeiro em relação à Zona da Mata, especificamente a Juiz de Fora.

O grande motivo do nosso pronunciamento é dizer que precisamos unir os esforços da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com os nossos congressistas a fim de colocarmos o dedo na ferida na partilha do pré-sal, que está sendo discutida pelo Congresso Nacional. Há abundância de recursos no Estado do Rio de Janeiro em função dos “royalties” do petróleo que está no mar.

O mar é da União, não do Estado do Rio de Janeiro. Esse Estado, com abundância de recursos, faz com que, na redução do ICMS, as cidades limítrofes com Minas Gerais, especificamente Três Rios, Sapucaia, Levy Gasparian, retirem nossas empresas, nossos



empregos e os impostos dos mineiros, que fariam com que as riquezas de Minas proporcionassem melhor qualidade de vida aos nossos cidadãos e à população do Estado.

Portanto, como se fala tanto em Minas Gerais sobre os “royalties” do minério, e sabemos que são fundamentais para nosso Estado, tenho a certeza de que, juntamente com os Deputados Estaduais e Federais, devemos propor debate sobre os “royalties” do minério. Chamo atenção para o que está acontecendo com os “royalties” do petróleo no Rio de Janeiro. No ano passado, o Governador Sérgio Cabral disse que era uma covardia o que estavam fazendo com o Estado, ou seja, tentar retirar as condições dos impostos dos “royalties” do petróleo daquele Estado.

Covardia é o que o Rio de Janeiro faz com Minas Gerais: retirar nossas empresas, nossos empregos e nossas riquezas e assediar nossos empresários. Isso, sim, é uma covardia. Precisamos unir nossos esforços para resolver isso. A Assembleia Legislativa precisa chamar a atenção dos nossos Deputados Federais e Senadores para que façam com que esse recurso que está no mar, que é da União, seja repartido entre os entes da Federação e com que Minas Gerais tenha sua parcela do pré-sal. Verificamos que essa riqueza pode ser uma renovação da qualidade de vida do cidadão brasileiro. Isso deve ser repartido entre os entes federativos. Precisamos trazer os recursos do pré-sal para Minas.

Como esta Assembleia não tem competência para legislar sobre isso, precisamos abrir os olhos dos nossos Deputados Federais, das Deputadas Federais e dos três Senadores da República para que defendam os interesses de Minas fazendo com que esse recurso seja compartilhado com todos nós, brasileiros, e não por aqueles Estados que estão em situação privilegiada, obtendo as benesses desses recursos, enquanto perdemos nossos empregos, nossas empresas e, por que não dizer?, nossos amigos e nossas famílias, que às vezes têm de deslocar-se para Estado vizinho por causa desse assédio do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, gostaria de fazer um agradecimento à Comissão de Transporte. Protocolamos requerimento nessa Comissão, junto ao seu Presidente, Deputado Adalcleber Lopes, para que façamos audiência pública em Juiz de Fora, a fim de debater e discutir as melhorias programadas e implantadas pelo governo federal na BR-040. A importância disso é que falta a ligação das duas principais cidades brasileiras no trecho compreendido entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro da BR-040. No trecho entre Juiz de Fora e Belo Horizonte ainda não foi feita concessão para iniciativa privada. O trecho entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro já tem concessão privada e excelente qualidade. No entanto, por meio dos investimentos anunciados na semana passada, mais de R\$300.000.000,00 do governo federal, poderemos ter uma estrada em melhores condições no trecho compreendido entre Juiz de Fora e Belo Horizonte, a qual se encontra em situação precária. Assim, nós, mineiros, poderemos transitar com mais segurança por esse trecho.

Solicitei ao Deputado Adalcleber Lopes, Presidente da Comissão de Transporte, que já está trabalhando com esse objetivo, que marquemos audiência pública em Juiz de Fora, uma vez que será realizada audiência pública em Conselheiro Lafaiete pelo DNIT, para debatermos e verificarmos as melhorias que serão realizadas pelo governo federal; além disso, em alguns trechos, para que possamos indicar o que deverá ser feito para que a estrada seja mais segura, faça escoar nossas riquezas, traga e leve mineiros e mineiras para o Rio de Janeiro.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)* - Querido Deputado Bruno Siqueira, solicitei aparte primeiramente para parabenizá-lo pelo discurso, que não poderia ser diferente, devido ao comprometimento de V. Exa. com a Zona da Mata, mais precisamente com a cidade Juiz de Fora. Quero também dizer que este companheiro de V. Exa. estará unido a V. Exa. para debatermos e discutirmos as políticas públicas voltadas naturalmente para os interesses da cidade de Juiz de Fora, assim como para a Zona da Mata, até porque sabemos que o polo industrial de Juiz de Fora tem capacidade maior de crescimento e adensamento. Assim, nesse sentido estaremos unidos com V. Exa. e com os Deputados que tiveram votação expressiva na Zona da Mata.

Quero ainda dizer que houve audiência pública na Comissão de Transporte, ocasião em que se aprovou requerimento que solicita debate sobre melhorias para a região e sobre questões da BR-040. E por que não levamos esse tema para ser discutido também em Juiz de Fora? Parabenizo V. Exa. mais uma vez, pelo brilhante discurso.

O Deputado Bruno Siqueira - Agradeço, nobre Deputado Carlos Henrique, as palavras e o empenho em nos ajudar, uma vez que V. Exa. foi muito bem votado na cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata, enfim em Minas Gerais. Agradeço a atenção das nobres Deputadas e dos nobres Deputados, das mineiras e dos mineiros. Obrigado, Sr. Presidente. Boa-tarde.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna para fazer alguns esclarecimentos. Hoje, pela manhã, tivemos a felicidade de receber nesta Casa a Secretária de Planejamento, Dra. Renata Vilhena. A cada dia que passa, admiramos mais este governo, pela seriedade da Secretária, pela sua responsabilidade, segurança e pela forma de mostrar que o Estado, e nós, mineiros, vivemos um novo momento da história da nossa querida Minas Gerais.

Houve aqui alguns questionamentos. Não tivemos oportunidade, não é Deputado Domingos Sávio, porque foi um pouco tumultuado e poucas pessoas se manifestaram, mas, se tivesse tido oportunidade, eu falaria o que vou falar agora: a Presidenta - nossa Presidente Dilma - sugere ao Nordeste que adote Minas Gerais como modelo, como modelo de gestão. Não sou eu que estou dizendo, não, mas a imprensa nacional. A Presidente disse isso no Nordeste, porque Minas Gerais é modelo por se preocupar com o lado social. Participei agora de uma discussão forte sobre a implantação da contrapartida social, mais uma ideia inovadora, mais uma grande ação na defesa do desenvolvimento do povo mineiro. E isso vai provocar as lideranças, no sentido de mostrar resultados, de melhorar o IDH - como disse o Deputado Bruno Siqueira, em seu brilhante pronunciamento. É preocupante, sim, a questão da Zona da Mata, essa concorrência desleal, essa guerra fiscal, situação que a Presidente Dilma precisa olhar com cuidado, com muita força, porque isso está fazendo com que muitos Estados percam condições de crescer. E o governo Anastasia criou a ideia inovadora da responsabilidade, também na contrapartida social, a fim de deixar claro que não podemos admitir que vivemos um momento como esse e ainda há grande mortalidade infantil no Brasil. Minas Gerais tem de combater tudo isso, e temos instrumentos para tal; o IDH tem de ser melhor; o Bolsa-Família tem de ser colocado nas mãos das pessoas que mais precisam; enfim, é preciso haver um desenvolvimento amplo, que chegue a todo cidadão.



A Presidente Dilma é quem sugere que Minas saia à frente. Tornei-me Prefeito muito novo - estão aqui vários Deputados novatos - de uma cidade pequena. Fui Prefeito com muitos Governadores. Iniciei em 1989 com o Newton Cardoso. Normalmente se começava uma estrada antes da eleição e, logo após esta, ela parava. Isso ocorria com uma rodovia de 20km ou 30km. Em Nova Resende, por exemplo, na época da eleição, foram construídos 5km com o Newton Cardoso; mais 5km com o Hélio Garcia; depois mais 18km com o Azeredo; e mais 8km com o Itamar. O Itamar, no seu mandato, conseguiu fazer cinco rodovias, uma em Iguapé. Enfim, foram pouquíssimas.

Era impossível sonhar com um desenvolvimento rápido, ágil. O Aécio e o Anastasia, primeiro como Secretário e, depois, como Vice-Governador, fizeram grandes transformações como gestores. Eles realizaram um grande mandato. Quem conheceu as dificuldades para implantar um posto de saúde sabe disso. Deputado Duarte, construir um posto de saúde era impossível, porque no máximo conseguíamos uma reforminha. Assinar um convênio não se tratava de vitória, já que o assinávamos, mas o dinheiro não chegava. Às vezes saía a primeira parcela do convênio, porém o Prefeito ficava sem saber o que fazer para terminar a obra, porque o dinheiro não chegava.

Mas, no governo Aécio e Anastasia, se assinou, o dinheiro chegou. E vem mais dinheiro - e sempre. É um modelo diferente de governar. E isso foi feito por meio de um choque de gestão, em que as leis delegadas foram fundamentais para dar agilidade ao processo. Há Deputados que falam que é dar cheque em branco, que é muita confiança. Confio sim, e não se trata de passar cheque em branco, mas de participar de um processo ágil, que fará grandes transformações. Em oito anos, Minas transformou-se muito. Imaginem agora o que poderemos transformar nesses próximos quatro anos, com essa equipe reforçada, animada, com pessoas sérias e preparadas.

Não tenho dúvida de que este será um grande mandato. Nós, como Deputados Estaduais, temos, sim, de sonhar e crescer juntos, facilitando - e a lei delegada é uma forma de fazer isso - que o governo cresça e aja rápido. Lei delegada não se faz com qualquer um; confiança se tem em quem merece, e este governo já mostrou que merece confiança. Conhecemos o Governador Anastasia desde a Constituição, e o Deputado Bonifácio Mourão também o conhece bem.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Arantes, estávamos acompanhando prontamente o pronunciamento inteligente e oportuno de V. Exa. Hoje falamos bastante sobre leis delegadas. Discutimos, debatemos e ouvimos atentamente a nossa Secretária de Planejamento, Renata Vilhena, e haveremos de debater ainda hoje e oportunamente o assunto, pois o objetivo maior é esclarecer a opinião pública de Minas Gerais a respeito da importância e da oportunidade dessas leis.

Eu o estou apartando porque V. Exa. abordou a chamada contrapartida social. V. Exa. lembrou muito bem que a própria Presidente Dilma Rousseff disse, em um encontro de Governadores do Nordeste, em Aracaju, para o qual o Governador Anastasia foi convidado, pois parte de Minas pertence à Sudene, que outros Estados brasileiros deveriam acompanhar o exemplo de Minas Gerais, incluindo as gestões pioneiras, como é o caso da contrapartida social.

V. Exa. sabe que a contrapartida social foi uma exigência do próprio Banco Mundial para emprestar dinheiro a Minas Gerais. Na ocasião, o Banco queria saber quais eram os indicadores sociais no Estado de Minas Gerais, saber o que o Estado estava fazendo para recuperar o índice de analfabetismo; para diminuir o índice de mortalidade infantil; para diminuir a evasão escolar no ensino fundamental e assim por diante.

Foi inspirado principalmente nas normas do Banco Mundial que o Governador Anastasia criou a contrapartida social. Como V. Exa. sabe bem, a partir da vigência dessa contrapartida social, para conseguir receber repasses voluntários do governo de Minas Gerais, o Município terá de demonstrar como combateu a dengue em seu território; o que fez para diminuir o analfabetismo; o que tem feito pela assistência social; como o Bolsa-Família tem sido fiscalizado, etc. Ou seja, evidentemente, é um estímulo muito grande para o crescimento das áreas sociais neste Estado. Parabéns a V. Exa. e ao governo Anastasia.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão.

Foram feitas muitas críticas ao governo, e eu gostaria de comentar algumas delas. Falou-se, por exemplo, que o Estado só colocou R\$3.000.000,00 nas enchentes. Não é verdade; não foram só R\$3.000.000,00, mas R\$20.000.000,00. E podem ter a certeza de que haverá mais.

Falou-se também em apagão. Ora, falar em apagão é falar em governo federal. Apagões estão sempre acontecendo por falta de investimento. Em Minas, o apagão é federal. A Cemig tem seus defeitos e falhas, mas percebemos também grandes avanços.

Até a Lei de Responsabilidade Fiscal foi criticada aqui hoje, sob o argumento de que ela é para limitar salários. Gente, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das coisas mais certas que fez o governo federal à época de Fernando Henrique, com o voto contrário do PT, porque essa lei é para criar responsabilidade nos gestores para que o dinheiro não chegue só no funcionalismo, mas nos cidadãos, por meio, por exemplo, das 224 rodovias que chegaram ao povo mineiro e dos mais de 150 postos de saúde e de 150 escolas só na minha região - no Estado foram quase 3 mil escolas.

O Deputado Romel Anízio (em aparte)* - Quero cumprimentar o caro Deputado Antônio Carlos Arantes pelo brilhantismo de seu pronunciamento. No que se refere aos governos Aécio e Anastasia, na verdade foi um tempo novo que Minas viveu. Quando falo em tempo novo, recordo-me de um novo tempo quando, Prefeito de Ituiutaba, pude realizar uma obra de governo - naquela época, dizíamos "um novo tempo". Esse tempo realmente veio para Minas Gerais, que mudou muito: passamos a ser a 2ª economia do País, o que é indiscutível.

Quero lembrar ainda que, hoje pela manhã e no início da tarde, contamos com a presença da Secretária de Planejamento e Gestão do atual governo, do governo anterior de Anastasia e do governo Aécio, Renata Vilhena, que, ao longo do tempo, vem se aprimorando cada vez mais e dando demonstrações do grande conhecimento que tem a respeito dos problemas que afligem Minas Gerais.

Quero ainda cumprimentar o caro Deputado Antônio Carlos Arantes por sua ascensão à Presidência da Comissão de Agropecuária desta Casa. Sua presença ali é a presença de um segmento que tem levado Minas a um novo patamar. Hoje Minas é um grande produtor de grãos - café, soja, milho - e de carne; já não é apenas a Minas do minério. O segmento rural verá que, com V. Exa., tem na Presidência dessa Comissão um homem realmente vocacionado e profundo conhecedor das coisas do campo. Muito obrigado.



O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Obrigado, Deputado Romel. Também quero agradecer a V. Exa. por ter aceitado participar conosco dessa Comissão, assim como os Deputados Fabiano Tolentino, que será o nosso Vice-Presidente, Rômulo Viegas e Doutor Viana. Essa é uma turma parceira, com a qual poderemos fazer um grande trabalho na Comissão de Agropecuária, se Deus quiser! Tenho a certeza do empenho de todos na luta, junto ao Congresso Nacional, para que tenhamos um Código Florestal Brasileiro, pelo qual o produtor tenha condição de produzir e preservar, de preservar e produzir. É preciso combater as injustiças da mata seca, Tadeuzinho, neste momento sério por que passa o pessoal do Nordeste e do Norte de Minas. Também é preciso lutar pela segurança no campo, pois muitos assaltos a fazendas têm ocorrido.

Certamente temos de resolver muitos problemas no campo, a exemplo da questão do leite, cujo produtor está endividado. Com a nova normativa, 80% dos produtores ficarão de fora. No que diz respeito à suinocultura, hoje o produtor mineiro está perdendo competitividade em virtude também dos incentivos fiscais do Sul do Brasil. Dessa forma, o suíno chega a Minas com um preço muito mais barato. Resolver essa questão tem de ser também a nossa bandeira.

Voltando à questão do governo federal, ressalto que o governo precisa voltar a este Estado para dar mais explicações sobre as leis delegadas. Confesso que ainda não conhecia todo o Nordeste, em especial as cidades de Natal e João Pessoa. Na oportunidade, fui conhecer essa região, que, por sinal, é maravilhosa. O Presidente Lula está de parabéns, afinal, ele fez belíssimas rodovias lá. Aluguei um carro em Natal e fui até João Pessoa por uma pista dupla, bem larga. Fizemos uma rodovia bonita, de Primeiro Mundo. O Nordeste merece. No entanto, fiquei preocupado com uma questão: apesar de não apoiarmos a Presidente Dilma, ela foi vitoriosa no primeiro e no segundo turno neste Estado, mas, a BR-381, onde passam caminhões e carros em quantidade cinco vezes maior, ainda não foi duplicada. Por que essa discriminação com Minas Gerais? Por que, na hora de montar o Ministério, não levou os mineiros? Os mineiros só servem para votar no governo federal? Onde estão os investimentos?

Fiquei alegre em ver o Nordeste crescer, porém triste diante dessa grande discriminação do governo federal com o nosso querido Minas Gerais. Portanto, agora, queremos que a nossa Presidente Dilma faça justiça com os votos que recebeu dos cidadãos mineiros e faça investimentos, retornando para o nosso Estado o fruto daquilo que ele produziu. Afinal, Minas é o Estado que mais produz empregos, mais gera renda e mais cresce em relação à média nacional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Anselmo José Domingos* - Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e todos os telespectadores. Nesta primeira oportunidade de ocupar esta tribuna, gostaria de agradecer aos mineiros de várias cidades de Minas Gerais, em especial de Belo Horizonte, que acreditaram que podemos realizar um bom trabalho nesta Casa e, assim, votaram em nós. Quero agradecer também os votos que os nossos companheiros do Partido Trabalhista Cristão - PTC - obtiveram na chapa. Sabemos que uma candidatura de Deputados é difícil, espinhosa, requer muita caminhada e empenho. Foi uma chapa que, sem a coligação, obteve 300 mil votos, e, na coligação, obteve 470 mil votos. Portanto, foi uma coligação de muito sucesso em Minas Gerais. Por isso queremos agradecer a cada um dos candidatos do PTC e também aos candidatos do PRTB, que caminharam conosco na última eleição, fato que culminou com a presença de três Deputados da coligação nesta Casa: este parlamentar e os Deputados Fabiano Tolentino e Cássio Soares.

Em relação a nossa votação, sou majoritário na região do Barreiro. Agradeço à população da referida região, que tem compreendido a importância de termos representações locais. Agradeço a cada morador de Belo Horizonte, onde obtivemos também uma votação expressiva. Também fui majoritário em cidades do Centro-Oeste e Alto Paranaíba: Campos Altos, minha terra natal; Santa Rosa da Serra, próximo a Campos Altos; e Iguatama.

Acredito que, junto ao Prefeito Leonardo, de Iguatama, e à Prefeita Cleide, de Santa Rosa da Serra, desenvolveremos um trabalho que levará mais desenvolvimento a esses Municípios. Para minha terra, teremos sempre atenção especial, pela votação que lá tivemos e que nos fez majoritários. Mas nosso gabinete estará aberto a cada uma das cidades do Centro-Oeste mineiro e do Alto Paranaíba.

Tivemos também uma votação expressiva no Baixo Jequitinhonha. Na cidade de Santo Antônio do Jacinto, tivemos votação diferenciada, assim como em Rubi, Salto da Divisa e Jacinto. Fizemos campanha também na região de Itabira, Santa Maria de Itabira, Itambé do Mato Dentro e Passabém, Municípios que nos receberam de braços abertos o tempo todo, na região metropolitana e região do Vale do Paraopeba, que é da nossa convivência e onde realizamos o trabalho anualmente. Em Contagem, tive a terceira melhor votação em todo o Estado. Por isso, esperamos corresponder nestes quatro anos de mandato com um trabalho que leve desenvolvimento e qualidade de vida à minoria. Esperamos poder atender bem a população do nosso Estado.

Fui Vereador em Belo Horizonte por um mandato e meio. A partir deste momento, estou aqui nesta Casa. Na Câmara de Belo Horizonte, meu trabalho sucedeu ao trabalho do meu pai, José Domingos, que lá ficou por cinco mandatos. Alguns colegas desta Casa foram meus colegas na Câmara de Belo Horizonte, e outros foram colegas de meu pai na mesma Câmara, como o Deputado João Leite e o Deputado Sávio Souza Cruz.

Estou na Presidência do PTC desde 2002. Passaram-se algumas eleições, e fomos agora reconduzidos à Presidência até o ano de 2015. Esperamos continuar fazendo do PTC esse partido que tem crescido, elegendo um maior número de Vereadores, Prefeitos e Deputados a cada eleição. Essa é uma missão que assumiremos a partir do dia 9 de março, para os próximos quatro anos.

O Deputado Fabiano Tolentino (em aparte) - Boa tarde, Deputado Anselmo José Domingos. Boa tarde, Presidente, companheiros e companheiros Deputados. É um prazer apartear-lo, tendo em vista a nossa amizade, o ciclo que fizemos nesta Casa, desde a primeira vez em que aqui cheguei, antes de estar empossado em Belo Horizonte. Quando vim buscar os caminhos da Assembleia, foi V. Exa. quem abriu as portas para mim. Por isso primeiro quero agradecer essa hospitalidade.

Quero dizer também que foi uma honra participar com V. Exa. da nossa chapa para Deputado Estadual, em que V. Exa. foi vitorioso em primeira colocação; o Cássio, que também é nosso parceirão, na segunda colocação; e nós, na terceira colocação. Fico muito feliz por realmente chegarmos a esta Casa para trabalhar por toda Minas Gerais.

Parabéns pela sua forma de agir e pelo seu jeito de ser. Continue assim. Juntos iremos longe, sempre trabalhando com determinação por Minas melhor. Muito obrigado pelo aparte.



O Deputado Anselmo José Domingos* - Obrigado, Deputado. Confirmando suas palavras, digo que a população do Centro-Oeste mineiro, de Divinópolis fez bem essa escolha. Temos a certeza de que esse será um mandato diferenciado e que essa cidade estará muito bem representada durante estes quatro anos na Assembleia Legislativa.

Estamos assumindo o mandato nesta Casa em um momento muito especial. Por isso gostaria de falar do nosso Governador do Estado, que é fator fundamental para que o nosso trabalho se desenvolva de maneira melhor nos próximos quatro anos. Vejo nele uma pessoa que conhece o Estado e a estrutura de governo desse Estado. Ele é uma pessoa dedicada, que se destacou desde os primeiros passos na administração estadual, que acompanhamos. O seu caminho político foi traçado e sua eleição nos dará condição de trabalho melhor ainda. Acredito nesse governo, somos parceiros da sua base nesta Casa. Lutaremos para levar essa política e essa filosofia do governo do Estado para cada Município, que está sendo transformado por essa nova administração. Acredito que essa parceria entre nós e o governo do Estado, em todos os momentos, dará frutos.

Na semana passada, tomamos posse na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Agradeço nossos colegas pela forma como os trabalhos estão sendo desenvolvidos. A nossa presença nessa Comissão é importante, pois um dos principais problemas da RMBH é o transporte. Já aprovamos vários requerimentos na Comissão, falando dos problemas do Anel Rodoviário, de algumas rodovias e do metrô. A nossa Comissão fará um trabalho intenso para ajudar a encontrar as soluções.

O Anel Rodoviário é o tema do momento na imprensa, nesta tribuna, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, nas conversas entre as pessoas. Escrevemos um artigo para um jornal da Capital, falando da nossa posição. A solução para o Anel Rodoviário é buscar verbas junto ao governo federal para a sua revitalização e ampliação. No entanto, o Anel Rodoviário deve ser municipalizado. Aprovamos, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, um projeto de lei que autoriza o Município a fazer essa municipalização, e só aí encontraremos a solução. A BHTRANS tem a capacidade, a competência e o recurso humano para gerenciar o anel. Vemos como é o Anel sem a administração da BHTRANS. Em vários pontos, há irregularidades, como marginais de mão dupla. Conheço aquele anel desde criança, quando era apenas uma pista de mão dupla. Transitamos ali durante toda a nossa vida. Há vários acessos aos bairros sem as pistas de aceleração e desaceleração; há locais com três pistas e outros com duas, onde o trânsito se afunila. O Anel não é só um tema de debate. As soluções devem ser colocadas, temos que exigir do governo federal recursos para essa revitalização, mas temos que dar a nossa solução aqui. E a nossa solução é que ele seja administrado pelo Município de Belo Horizonte, porque, apesar de ser rodoviário, hoje é uma via urbana. A maior parte dos veículos que passam ali transitam no perímetro urbano não são apenas veículos que trafegam entre Municípios e Estados. Entendemos que essa é a solução para que o anel funcione melhor e nos dê segurança.

O metrô é outro problema, uma novela, uma desesperança, uma tristeza para Belo Horizonte. Ele é um instrumento de política pública de transporte que está fazendo 30 anos, mas ainda é deficiente onde está implantado, no trecho Eldorado - Venda Nova. Ele não existe no trecho que deveria ser implantado, do Calafate até o Barreiro, do Eldorado até Betim e da Pampulha até a Savassi. Esperamos que o governo federal tenha um tratamento diferenciado e a atenção que deveria ter conosco, pois essa é uma obra que tem de ser realizada por ele. O metrô é parte da solução do transporte na nossa cidade, como as bicicletas. Aliás, aprovamos um projeto, de autoria da Vereadora Luzia Ferreira à época, hoje Deputada, que incentiva o uso de bicicleta e a criação de ciclovias na cidade, bem como do veículo, da moto e do transporte coletivo de ônibus. Contudo, o metrô também tem de fazer parte da solução do transporte que precisamos para Belo Horizonte.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Anselmo. Ao saudá-lo, quero lembrar a convivência com seu pai na Câmara Municipal. Eu, um jovem Vereador, e ele, Vereador de muitos mandatos, com a sua tranquilidade, prestando um grande serviço para a população de Belo Horizonte. Lembro-me dele com muito carinho. Gostaria de apoiar o discurso que V. Exa. faz dessa tribuna em favor da população de Belo Horizonte, de Minas Gerais e até do Brasil, dos que transitam pelo Anel Rodoviário e que hoje estão em constante perigo. Recentemente realizamos uma audiência aqui e sugerimos as rampas de escape que se encontram em todas as mineradoras, na Rodovia Anchieta e em todas as estradas da Europa. Entretanto, não vemos nenhuma ação do governo federal. Vemos a Oposição na Assembleia, PMDB e PT, que estão no governo federal, fazendo críticas. Nunca vi um governo como o desses dois partidos, que abandonaram Minas Gerais. Falaram de uma duplicação até Nova Serrana, que são 100km. O governo do PSDB e o de Itamar Franco duplicaram 600km, de Belo Horizonte até São Paulo. Então V. Exa. faz bem em fazer esse discurso. Belo Horizonte não suporta mais o Anel Rodoviário, que está intransitável. Também não suportamos ver o descaso do metrô no trecho Calafate-Barreiro. Está totalmente abandonado, sendo novamente ocupado depois de pagas as desapropriações. Parabéns pelo seu pronunciamento em defesa do povo do Barreiro, de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Obrigado pelo tempo que V. Exa. me concedeu.

O Deputado Anselmo José Domingos* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Gostaria de dizer também que buscaremos a solução, principalmente por meio da nossa comissão, para um problema que vivenciei nos últimos anos: a falta da telefonia celular nos Distritos dos Municípios. Há um programa do governo do Estado que levou a telefonia celular a todos os Municípios. Isso foi um ganho de qualidade de vida, de comunicação, para todo o Estado. Entretanto, os Distritos ainda não têm telefonia celular. Por requerimento, estamos pedindo que o governo do Estado crie um programa para que esse tipo de telefonia chegue aos Distritos. Há Distritos que são maiores que os Municípios, têm uma população maior que os Municípios, e deveriam ser tratados com a mesma atenção. Aliás, não só pedimos isso, mas também a internet. Além de chegar aos Municípios como está acontecendo hoje, esperamos que a internet chegue também a cada Distrito de Minas Gerais. O Distrito de Serra Azul, por exemplo, próximo a Belo Horizonte e Mateus Leme, tem problema de telefonia celular e de água. Serra Azul abastece Belo Horizonte com a sua reserva de água, mas não há água para os moradores de lá. Então, tem de haver também atenção especial para os Distritos por parte do poder público. Tenho certeza de que lutaremos, e o governo, sensível como é, levará a comunicação até os Distritos de Minas Gerais. Quero agradecer a oportunidade e a atenção de cada um dos pares e de todos que nos ouviram nesta tarde. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente Deputado José Henrique, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cumprimento, de maneira muito especial, os companheiros da Polícia Civil presentes, bem como os da Polícia Militar.



Sr. Presidente, o Projeto de Resolução nº 511/2011, de autoria da Mesa desta Casa, tem por escopo modificar o critério de indicação de vice-liderança de bancadas parlamentares aqui na Casa; modifica o Regimento Interno, dizendo que cada Líder poderá indicar vice-lideranças na proporção de um por cinco Deputados ou fração da respectiva bancada, limitado a cinco vice-líderes por bancada. Essa modificação reduz de dez para cinco o critério de indicação de vice-liderança.

E a Mesa, Sr. Presidente, justifica, fundamenta a proposta de resolução. (- Lê.) “As alterações propostas ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais têm por objetivo adequar o instituto da vice-liderança ao atual quadro de evolução da composição político-partidária dos parlamentos e ao considerável incremento das atividades das lideranças. A dinâmica democrática e a evolução do grau de organização da sociedade têm resultado no aumento significativo das demandas encaminhadas aos representantes e na multiplicação dos temas presentes na agenda do parlamento. Acrescente a esses fatores o aumento do grau de complexidade dos temas discutidos e a diversidade dos atores envolvidos nos processos decisórios do Poder Legislativo, mormente no caso da Assembleia de Minas, que elegeu como diretriz do seu aperfeiçoamento institucional a constante interlocução com a sociedade. Esse quadro coloca para as lideranças a necessidade de se desdobrarem em múltiplas atividades de articulação política, muitas vezes simultâneas, no Plenário, nas Comissões, nos órgãos governamentais e nos diversos cenários da atividade política da sociedade. Esses fatores, associados à crescente segmentação do quadro partidário, criam um ambiente onde as lideranças são cada vez mais demandadas e onde as vice-lideranças assumem um importante papel de suporte.”.

Sr. Presidente, conforme podemos observar, a proposta de resolução visa justamente adequar o Regimento da Casa a uma maior participação da sociedade civil e a uma maior representatividade dos partidos políticos. E é muito interessante, Deputado Rogério Correia, que esta resolução é colocada em votação no Plenário da Assembleia justamente no dia em que esta Casa viveu uma péssima experiência do exercício do processo legislativo e do poder do parlamento. Estamos aqui aprovando uma resolução - e concordamos com conteúdos desta resolução -, para dinamizar a participação popular, ouvir a sociedade e dar mais voz às representações político-partidárias, mas, hoje pela manhã, o que ocorreu no Plenário desta Casa não reflete o argumento previsto nesta resolução. Na verdade, a audiência pública convocada pelo Bloco Minas sem Censura, por meio de requerimento do Deputado Rogério Correia, teve por objetivo discutir as implicações que as leis delegadas de 2010 e 2011 trazem para o conjunto dos servidores públicos e para o Estado de Minas Gerais. Porém, assistimos hoje, aqui, a uma mera palestra sobre choque de gestão. Se fosse para fazermos discussão ou palestra acerca do choque de gestão, o instrumento seria outro. Então, na verdade, hoje pela manhã, o que ocorreu foi uma antiaudiência pública. Não houve oportunidade de se esclarecer para a população, para a sociedade civil e especialmente para nós, Deputados desta Casa, o conteúdo das leis delegadas atuais, em curso no Estado de Minas Gerais.

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Gustavo Valadares, que também hoje, pela manhã, não teve oportunidade de se manifestar na audiência pública. Creio que, para haver pleno funcionamento desta Casa, é preciso aprimorarmos os instrumentos do exercício do mandato parlamentar.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, na verdade, quero fazer duas ponderações. A primeira delas em defesa da audiência pública que ocorreu hoje nesta Casa. Por durante quatro horas - a reunião começou às 10 e se encerrou às 14 horas -, contamos com a presença da Secretária de Planejamento e Gestão do Estado, Renata Vilhena, do Líder da Oposição e requerente da audiência pública, Deputado Rogério Correia, dos demais membros da Comissão de Administração Pública, dos representantes do Sindifisco, do representante do Sind-UTE-MG, e de inúmeros servidores. Enfim, todos estiveram presentes durante todo o tempo da audiência pública. Poucas são as audiências públicas nesta Casa que duram mais de quatro horas, ou que chegam a durar próximo a esse tempo.

Se ocorreu um erro - e aí houve um erro estratégico -, esse erro foi do bloco da Oposição. Quem sugeriu que transferíssemos a reunião do Plenário IV, onde ela poderia continuar acontecendo até as 18, 19 ou 20 horas, foi o bloco da Oposição, liderado pelo Deputado Rogério Correia. Quem solicitou que a reunião fosse transferida para o Plenário foram os Deputados Rogério Correia e Durval Ângelo, membros do bloco da Oposição da Casa.

V. Exa., como os demais Deputados, sabe que todas as terças, quartas e quintas-feiras, às 14 horas, iniciam-se no Plenário as reuniões ordinárias, que não podem ser interrompidas, portanto teríamos o limite das 14 horas. Mesmo assim, o Líder da Oposição apresentou suas ponderações e seus questionamentos, o representante do Sindifisco falou e fez os seus questionamentos, a representante do Sind-UTE-MG também e a Secretária Renata Vilhena, brilhantemente, deixou, de forma clara, aos quatro cantos da Assembleia, o que todos nós, mineiros, já sabemos, porque este governo trabalha de forma transparente. Todos nós já conhecíamos o teor de todas as leis delegadas editadas em janeiro. Depois de ela fazer sua explanação, outros Deputados, assim como o Deputado Rogério Correia, tiveram o direito de discursar, caso dos Deputados Fred Costa e Bonifácio Mourão. Enfim, o tempo foi estabelecido pelo limite do início da reunião ordinária no Plenário.

Quero fazer outra ponderação. Peço que V. Exa. encerre a discussão do Projeto de Resolução nº 511/2011, porque já existe acordo entre a Situação e a Oposição nesta Casa. Esse projeto é importante para todos nós e para o bom andamento da Assembleia Legislativa nesses próximos quatro anos. V. Exa. já se posicionou a respeito da audiência pública realizada nesta manhã, e eu já apresentei a contraposição, portanto peço que encerremos a discussão e passemos à votação do Projeto de Resolução nº 511/2011. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte do Deputado Gustavo Valadares. Sem dúvida, ilustre Deputado, no momento oportuno, quando exaurirmos o tema da resolução, vamos encerrar o debate, mas, por enquanto, tenho algumas dúvidas e quero externá-las. Este é o momento para aprimorarmos o Regimento desta Casa.

Ao fazer seu aparte, V. Exa. contribui para a grande reflexão que quero fazer. V. Exa. menciona uma audiência pública que durou quatro horas, mas se esquece de dizer que é a primeira vez - nunca antes aconteceu isso - na história da Assembleia que se discutiu, em tão exíguo prazo, nada mais, nada menos, um código de leis delegadas com quatrocentos e tantos artigos, e que, no mínimo, 70% da palestra da Exma. Secretária de Estado foi utilizada para fazer “marketing”, apologia do governo do qual faz parte, esquecendo-se do conteúdo da lei delegada.



Se V. Exa., Deputado Gustavo Valadares, acha que em quatro horas é possível discutir um conteúdo tão complexo quanto esse - uma lei de mais de 400 artigos -, talvez V. Exa. possa, com a Secretária Renata Vilhena, prestar assessoria aos governos ditatoriais do Oriente Médio, que também não gostam de ouvir o parlamento. Essa é a grande questão, porque na verdade a lei delegada tira o debate do Parlamento.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Solicito ao Deputado Carlin Moura que não se desvie da matéria que está sendo debatida neste momento: o Projeto de Resolução nº 511/2011.

O Deputado Carlin Moura* - Justamente, Sr. Presidente, quando se propõe a diminuição do número de Deputados para a indicação de líderes no Regimento Interno, como está escrito no projeto de resolução, a ideia é aprimorar a presença da sociedade civil e dar espaço ao debate público. Concordamos, sim, em votar essa resolução, mas há uma questão maior: queremos votar essa resolução para dar mais voz e vez ao Plenário da Casa ou simplesmente para repetir o que aconteceu aqui hoje? A lei delegada vai de encontro ao que queremos discutir. Sabe por que, Deputado Gustavo Valadares? Porque a lei delegada tem um procedimento pior até do que o das medidas provisórias. V. Exa. teve a oportunidade de acompanhar, no Congresso Nacional, as votações...

O Sr. Presidente - Solicito novamente ao Deputado Carlin Moura que retome a discussão do Projeto de Resolução nº 511/2011, até porque, se V. Exa. desviar do assunto, terei de retirar-lhe a palavra.

O Deputado Carlin Moura* - Perfeitamente, Sr. Presidente. Vou ler novamente a fundamentação que a Mesa, da qual V. Exa. faz parte, apresenta para a proposta de mudança do Regimento Interno. (- Lê:) "A dinâmica democrática e a evolução do grau de organização da sociedade têm resultado no aumento significativo das demandas encaminhadas aos representantes e na multiplicação dos temas presentes na agenda do parlamento. Acrescente-se a esses fatores o aumento do grau de complexidade dos temas discutidos e a diversidade dos atores envolvidos nos processos decisórios do Poder Legislativo, mormente no caso da Assembleia de Minas, que elegeu como diretriz do seu aperfeiçoamento institucional a constante interlocução com a sociedade." Essa é a fundamentação dessa resolução. A pergunta é: vamos votar a resolução que está agora em discussão para quê? Para fecharmos o Parlamento e evitarmos o debate sobre as leis delegadas ou sobre a forma do processo legislativo?

Hoje pela manhã, o que tem a ver com o assunto em pauta, várias Diretoras de escolas, que fazem parte da sociedade civil - e, portanto, estão sintonizadas com o termo "interlocução com a sociedade" -, não tiveram a oportunidade de dirigir a pergunta que queriam à Secretária Renata Vilhena, que mencionou, várias vezes, que o objetivo da lei delegada é dar celeridade ao processo administrativo, ao processo da reforma administrativa. Mas ela se esqueceu de dar a mesma celeridade à questão dos Diretores de escolas, porque na lei delegada está previsto que esses Diretores terão uma remuneração de, no máximo, R\$3.500,00.

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura, a matéria em discussão é o Projeto de Resolução. Pela terceira vez o estou advertindo de que cortarei a palavra de V. Exa. se fugir do assunto em discussão, que é o Projeto de Resolução nº 511/2011.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado, Carlin Moura, esse assunto é polêmico e estamos discutindo o projeto de resolução. Aproveito para comunicar ao Presidente que estava estudando a possibilidade de apresentar a esse projeto de resolução uma emenda. Hoje, após a discussão sobre a lei delegada, o Bloco Minas sem Censura acabou por decidir apresentar também um projeto de resolução. Minha discussão, portanto, é sobre a pertinência de entrar ou não com uma emenda a esse projeto de resolução.

Por isso o Deputado Carlin Moura estava ocupando a tribuna, a fim de saber se cabe ou não entrar com essa emenda. Na verdade, nossa emenda sustará os efeitos do dispositivo da Lei Delegada nº 179, que cria - ou já criou - o Escritório de Prioridades Estratégicas. Aliás, deixei bem claro que não concordamos com isso. Deputado Carlin Moura, resolvemos entrar logo com esse projeto de resolução, não como uma emenda, mas como outro projeto. Portanto gostaria de comunicar a V. Exa. que entraremos com um projeto de resolução à parte, extinguindo o dispositivo da Lei Delegada nº 179, que criou o Escritório de Prioridades Estratégicas, que, para mim, é um ninho de Tucano, como já disse aqui por várias vezes.

Deputado Carlin Moura, gostaria de parabenizá-lo pela abordagem do assunto e também informar aos nobres colegas que nós, do Bloco, estaremos em Brasília amanhã. Isso justifica a nossa pressa em fazer as votações o mais rápido possível. Presidente, se V. Exa. me permite, gostaria de comunicar que amanhã estaremos com o Ministro dos Transportes para tratar de um assunto muito falado aqui: a BR-381, o Anel Rodoviário, a BR-040 e o metrô. Nós, o nosso Bloco e o Ministro dos Transportes estaremos fazendo essa interlocução, posto que agora o Senador Aécio Neves, ex-Governador de Minas, é o principal opositor do governo da Dilma. Precisamos fazer uma interlocução linha direta com a Presidenta Dilma para tratar sobre as obras do PAC e outros assuntos. Sei que a Presidenta tem um carinho por Minas e um pensamento republicano sobre isso; por isso estaremos lá também para discutir essas questões com ela. Aproveito a ocasião para convidar os demais Deputados da Casa para participarem da audiência com o Ministro dos Transportes. Em breve, esperamos estar com a própria Presidenta Dilma para trazer boas notícias para Minas Gerais.

Não queria deixar de falar do projeto de resolução que extingue esse escritório político planejado pela Lei Delegada nº 179 nem da nossa ida, amanhã, para o encontro com o Ministro, o qual, possivelmente, trará boas novas para Minas Gerais. Parabéns, Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte do nosso Líder Deputado Rogério Correia. O Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, foi ágil, pois, após a aprovação do requerimento, imediatamente marcou a audiência.

Voltando à Resolução nº 511/2011, vamos entender o mecanismo: a proposta é reduzir o número de Deputados necessários para a indicação de um Vice-Líder. Hoje, para cada fração de 10 Deputados, o Bloco tem o direito de indicar 1 Vice-Líder. A resolução propõe reduzir essa fração para 5 Deputados, o que pressupõe - e é aí que está o escopo do debate - o fortalecimento do Parlamento e dos blocos partidários. Mas não podemos escamotear; é preciso fortalecer o Parlamento para fazer com que ele funcione, porque não adianta aumentar o número de Vice-Líderes se abrimos mão de determinadas prerrogativas, por exemplo, a prerrogativa de promover audiência pública. Não é à toa que o Bloco faz algumas proposições bem concretas, entre elas a do Deputado Rogério Correia, que, acertadamente, já apresentou o projeto de resolução para citar os efeitos da criação do Escritório de Prioridades Estratégicas. Há também questionamentos que não foi possível fazer, como sobre os escritórios regionais de Minas, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brasília, objetos de um brilhante artigo do "Estado de Minas", no qual se tratava dos palacetes para poucos serviços, dos escritórios



esvaziados e das verdadeiras casas vazias. Nas leis delegadas, o número de cargos comissionados desses escritórios foram aumentados.

Portanto, a resolução da Casa, o processo legislativo aqui e o funcionamento das comissões têm de, pontualmente, se aterem a essas questões. Por isso é importante o aumento do número de Vice-Líderes, como também o fortalecimento dos blocos partidários, para fazer o debate, pois o Parlamento sem debate não é Parlamento. O Parlamento sem amplo debate e sem o princípio do contraditório não é Parlamento.

Então, a grande questão é que precisamos de mais Vice-Líderes e de melhor funcionamento das comissões, mas para responder pontualmente. Por exemplo, houve uma dúvida que não foi esclarecida até o final de 2010. É importante que os Líderes e Vice-Líderes partidários esclareçam o limite prudencial dos gastos com a folha de pagamento do Estado de Minas Gerais, que já extrapolava 48%. O limite prudencial é 46,45%. Foram criados mais mil e tantos cargos comissionados de recrutamento amplo. Se considerarmos recrutamento amplo, recrutamento restrito e função pública, sem considerar os terceirizados, ultrapassamos 4 mil cargos, sem contar com as gratificações dos cargos comissionados do servidor de carreira. E isso não ficou esclarecido. A Casa precisa dessas informações para controlar a eficácia dessas leis delegadas. É preciso fortalecer os Vice-Líderes, sim. É importante, mas para o exercício do mandato parlamentar. E essa ser a grande discussão, sob pena de estarmos aqui votando, aumentando a estrutura de um Parlamento que se deixa levar por outros mecanismos. O normal do Parlamento seria conhecer previamente, debater e votar as leis.

O que não pode acontecer é a minha caixa de “e-mail” ficar lotada porque os servidores querem saber como ficará a situação deles. Uma Diretora de escola, que tem teto remuneratório de R\$3.500,00 e dedicação exclusiva, saiu prejudicada pela forma como a lei foi redigida, pois um Vice-Diretor e um professor, que podem acumular cargos, pois não têm dedicação exclusiva, ao fazê-lo, ganham muito mais que a Diretora. Ela precisa de celeridade nesse esclarecimento, o que não foi devidamente feito durante a audiência pública.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - V. Exa., por reiteradas vezes, discorreu do assunto solicitado pelo Presidente: o debate do Projeto de Resolução nº 511.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte)- V. Exa. age de forma muito esperta - não é sábia; é sabida, pois sábios são aqueles que têm ideias importantes, e sabidos são aqueles que aproveitam deslizos e buscam caminhos e subterfúgios longe daquilo que se está discutindo. V. Exa. agride e provoca o governo de Minas todo instante, em qualquer espaço que tem. Se forem dados 10cm para andar, V. Exa. e alguns mais promovem uma longa corrida em apenas poucos centímetros.

Vou me ater ao Projeto de Resolução nº 511; V. Exa. faz uma analogia dele com o governo de Minas. Concordo plenamente quando V. Exa. e outros Deputados da Oposição mencionam que a representatividade precisa estar presente nesta Casa, que devemos trazer o povo para dentro das galerias. No entanto, não me esqueço, Deputado Carlin Moura, e muitos aqui também não se esquecem do tamanho da nossa responsabilidade, de para que fomos eleitos. Não precisamos chamar a população a todo instante para ver o que estamos fazendo; ou será que V. Exa. acredita que a maioria não tem responsabilidade e direcionamento para votar sem a presença daqueles que nos elegeram? Então, convoco o espírito de V. Exa., para que seja fraterno e respeitoso com esta Casa e com os pares de V. Exa. porque não podemos ficar aqui sentados, prestigiando V. Exa. a esquivar-se do assunto principal. O Presidente quase precisou tomar-lhe a palavra. Não podemos ficar aqui assistindo a citações demagógicas contrárias à realidade de que estamos falando. Respeito a opinião de V. Exa e gostaria de, como base do governo, também merecer o mesmo tratamento. Se o Projeto de Resolução nº 511 vem para melhorar, o encaminhamento de V. Exa. faz parte do meu, mas usar esse expediente para trazer outras considerações é querer enxergar o defeito do outro e não querer lavar a janela da própria casa. É como aquela ilustração em que todo dia a mulher fala para o marido olhar a roupa suja da vizinha: um dia, ele lavou a janela, e ela falou que a roupa do vizinho estava limpa. Ela não enxergava o próprio defeito. Portanto, proponho que façamos o debate do Projeto de Resolução nº 511/2011 e solicito a V. Exa., Sr. Presidente, que tome conta das nossas falas e não dê, a nenhum dos lados, o direito de falar mal e destratar o outro.

O Deputado Carlin Moura*- Ilustre Deputado Duarte Bechir, primeiramente, esperteza não faz parte do comportamento deste parlamentar. Se V. Exa. não quer exercer sua prerrogativa de Deputado, as portas da Casa estão abertas. Se V. Exa. não tem a dignidade e a hombridade de ouvir um posicionamento divergente, a sociedade é democrática e as portas estão abertas, V. Exa. pode ir para casa. Talvez o interesse de V. Exa. seja não exercer o mandato que o povo lhe concedeu. Fui eleito pelo povo de Minas Gerais para ser Deputado e para discutir as questões de Minas Gerais. Não aceito esse tipo de cerceamento à minha palavra.

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura, volte a discussão do Projeto de Resolução nº 511/2011, ou cortarei a palavra de V. Exa.

O Deputado Carlin Moura - O Projeto de Resolução nº 511/2011, para que o povo entenda, aumenta o número de Vice-Líderes nesta Casa. Estamos criando mais cargos neste parlamento e dando mais poderes para os partidos políticos. Isso é bom, mas para que serve? Vamos aumentar o número de Vice-Líderes para este parlamento virar vaquinha de presépio, como sempre tenho dito? O que aconteceu hoje aqui pela manhã foi humilhar este parlamento e não deixar que os parlamentares façam um debate democrático. Deputado Duarte Bechir, não tem esperteza nisso! Isso é exercício do mandato parlamentar, e eu exijo que o senhor me respeite. O senhor não tem o direito de falar dessa forma. Respeite-me enquanto parlamentar.

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura solicitei a V. Exa. que se ativesse ao projeto de resolução. Se houver troca de ofensas entre Deputados, cortarei a palavra.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, quem primeiro ofendeu não fui eu. Estou discutindo...

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura, V. Exa. já terminou. Com a palavra, para discutir, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Serei breve e peço licença para discutir daqui da planície, pois não sou muito acostumado com as alturas. Sr. Presidente, quero elogiar o Deputado Carlin Moura por trazer essa discussão do Projeto de Resolução nº 511/2011, da Mesa da Assembleia. A discussão é pertinente, tendo claro que não aceita censura. Penso que ele deveria fazer uma representação dirigida à Mesa, porque um projeto de resolução que cria cargos de Vice-Líderes tem várias perspectivas de discussão.

Para que criar cargos de Vice-Líderes? Para atender os trabalhos dos blocos na Assembleia. E diria mais: os projetos foram discutidos entre as Lideranças, houve um acordo. A Mesa teve essa preocupação, V. Exa. foi da Mesa na administração passada,



quando não foi possível esse acordo, mas agora foi possível. Agora, o projeto caminha acordado e discutido. Esse é um aspecto bom. Haverá dificuldades.

O que vai permitir que o projeto seja aprovado por contraste, pela presença dos Líderes, é esse acordo, pois não haveria quórum aqui. A palavra do Deputado Carlin Moura pode ter vários vieses. Não existe apenas um caminho para se discutir um projeto. Eu, por exemplo, farei uma discussão nesses termos. Nós, do Bloco Minas sem Censura, vamos colocar um Vice-Líder para acompanhar o trabalhos das comissões. Assim, poderia falar sobre o que o nosso Vice-Líder iria fazer na Comissão de Meio Ambiente, sobre o que um dos nossos Vice-Líderes, do bloco de oposição, faria em relação à Comissão de Administração Pública ou à Comissão de Assuntos Municipais, mas prefiro tocar no que tem entendimento na bancada, no que o Vice-Líder vai trabalhar na Comissão de Direitos Humanos, pois, hoje, essa é uma questão que está na ordem do dia. A primavera árabe, com a queda de tantos ditadores, colocou os direitos humanos como prioridade na ordem do dia mundial. A luta é para resguardar os direitos humanos. O princípio do Estado Democrático de Direito pressupõe políticas públicas de direitos humanos. Então o nosso Vice-Líder cuidará dessa questão. A abordagem e a ênfase que a nossa Presidenta da República está dando à questão dos direitos humanos é de algo prioritário. Em sua primeira viagem internacional, reuniu-se com as mães e as avós da Praça de Maio, para discutir a premência dos direitos humanos.

Quando digo que um dos Vice-Líderes do Bloco vai discutir e acompanhar comissões, especialmente a comissão de Direitos Humanos, é porque a questão direitos humanos está presente. Quando nos deparamos com um acontecimento como o que ocorreu na Serra, em que duas vidas humanas foram ceifadas pela violência, pelo arbítrio de representantes de uma unidade da Polícia Militar, a Rotam, significa que os direitos humanos estão na ordem do dia. Quando digo que, hoje, no espaço popular desta Casa, aconteceu uma manifestação de policiais que se sentiram ofendidos com as declarações de Deputados sobre a política de direitos humanos, que um dos nossos Vice-Líderes acompanhará as Comissões, particularmente a Comissão de Direitos Humanos, como também essa manifestação que houve aqui, contra o Secretário de Defesa Social, Lafayette de Andrada, por ter feito um julgamento, não estou discutindo um projeto. Temos de destacar os direitos humanos. O gesto do Secretário Lafayette de Andrada de visitar a família do policial, cujo filho e irmão foram mortos, foi muito corajoso. Eu disse isso ao Líder do Governo hoje. Disse ainda que isso merecia ser destacado em Plenário; não havia necessidade desse ato de repúdio.

O que mais me preocupa - e um dos nossos Vice-Líderes terá preocupação ao acompanhar as comissões, particularmente a de Direitos Humanos - é que esse ato público era de repúdio à imprensa mineira, ao Deputado Durval Ângelo, entre outros. Talvez o Deputado Carlin Moura esteja bravo porque tenha ficado entre outros; ele, o Deputado João Leite, coitados. E ainda outros Deputados, como o Deputado Paulo Lamac, que estiveram conosco. Então deixe-me dizer: esse projeto é importante, sim. Foi fruto de acordo. O dia em que deixarmos de respeitar o acordo nesta Casa estaremos roubados. É bom que toda a imprensa saiba disso. Não concordamos com a criação das Vice-Lideranças no ano passado, não houve acordo no projeto de resolução, mas concordamos com ela agora. O projeto está sendo acordado. É norma desta Casa o respeito aos acordos. Essa é norma uma fundamental, que garante a Minoria e a Maioria.

Acho que o Deputado Carlin Moura tem várias formas, Sr. Presidente, de chegar ao assunto, desde que não perca o fio condutor central. Esse projeto precisa de nossa aprovação simbólica. Era um projeto da Mesa que só foi apresentado após consulta ao Colégio de Líderes. Criar cargo de Vice-Líder é mais representação política do parlamentar que gasto com a Casa. É mais a ideia da representação política, quer dizer, está-se criando representação política, está-se dando visibilidade a alguns partidos menores, cuja representação partidária ampliamos muito aqui. Deputado Luiz Humberto Carneiro, houve essa preocupação também da representação de partidos com menos parlamentares.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, já que estou em discussão.

O Deputado Luiz Humberto Carneiro (em aparte)* - Deputado Durval Ângelo, gostaria de pedir ao Deputado Rogério Correia, nosso Líder da Oposição, que votássemos o projeto ainda hoje.

O Deputado Durval Ângelo* - Votaremos hoje.

O Deputado Luiz Humberto Carneiro (em aparte)* - Até porque, como já foi dito, é um Acordo de Líderes, o projeto já foi acertado. Sei que, em razão de alguns acontecimentos da Casa, os ânimos hoje estão à flor da pele. Com toda a certeza, temos...

O Deputado Durval Ângelo* - Caminharemos por aí.

O Deputado Luiz Humberto Carneiro (em aparte)* - Com toda a certeza temos a pretensão de votar o projeto hoje, até pela sua importância, por aquilo que significará para todos os partidos políticos da Casa, independentemente de seu tamanho. Por isso pedimos um Acordo para que seja votado.

O Deputado Durval Ângelo* - Lógico, tranquilo. Só para concluir. Para não dizer que me desviei do assunto, um dos nossos Vice-Líderes do bloco da Oposição acompanhará as comissões, particularmente a de Direitos Humanos, até para ficarmos atentos, porque muitas vezes um manifesto como esse, que foi mandado para todos os gabinetes, atenta para uma visão de Estado Democrático. Os manifestantes que fizeram o ato querem sair na imprensa. Como repudiar essa imprensa? A imprensa não divulgará? O José Geraldo, nosso Secretário-Geral, até ligou para mim, e eu disse a ele: liberdade total. Os moradores da Serra, apesar de meu protesto, não puderam entrar, mas acho que os policiais devem entrar, como qualquer um que esteja se manifestando, com o que estiver inscrito. Não foi isso que eu disse?

Acho que esse projeto é importante, Deputado Luiz Humberto Carneiro, e precisamos votá-lo. Até entendo que o Deputado Carlin Moura tenha se sentido agredido, mas o projeto está no Acordo. Por isso, é preciso votá-lo.

Concluirei, Sr. Presidente. Lembro que estamos discutindo o Projeto de Resolução nº 511/2011. Contarei o caso de um frei franciscano muito conhecido por muitos aqui, chamado Frei Cristóvão Pereira, o Frei Capeta, sociólogo muito respeitado. Ele sempre iniciava suas palestras da mesma forma. Ele dizia o seguinte: "A sociedade se divide entre ricos e pobres, entre poderosos, classes dominantes e dominados". Até se o chamassem para falar sobre objetos voadores não identificados, os UFOs, esse era o seu ponto de partida. Ele dizia que tudo tinha uma linha. Com toda a certeza, nesse outro mundo, ele afirmaria que não havia dominação ou que havia dominação de classe. Segundo ele, tudo era justificativa para uma crítica profunda sobre o capitalismo.



É a mesma coisa, para discutirmos aqui um projeto de resolução não podemos sair do tema. Destaquei que um de nossos Vice-Líderes cuidará da questão de direitos humanos, atendendo ao cumprimento do Regimento Interno, que foi feito por nós e tem de ser cumprido. Quanto a este projeto, as palavras finais do Carlin Moura foram mais um desabafo. Tudo está acordado, e vamos cumprir esse acordo.

* - Sem revisão do orador.

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/3/2011

O Deputado Duílio de Castro - Deputado José Henrique, Presidente “ad hoc” nesta tarde, que substitui nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, a quem gostaria de cumprimentar e parabenizar, desejando sucesso na condução dos trabalhos para o biênio 2011-2012. Cumprimento também toda a Mesa. Nesta oportunidade, agradeço a todos os funcionários desta Casa, efetivos e contratados, que, de maneira bem especial e profissional, nos deram apoio necessário para que, com tranquilidade, assumíssemos os trabalhos neste Parlamento. Carinhosamente, agradeço o trabalho e acolhimento que deram a nós, Deputados, desde nossa eleição, no dia 3 de outubro, até o dia 1º de fevereiro, quando se deu nossa posse. Sr. Presidente, pela primeira vez ocupo a tribuna desta Casa para falar ao povo mineiro. Já devia tê-lo feito antes, mas não o fiz porque nos inscrevemos no Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, que, com certeza, tinha prioridade, já que discuti assuntos relevantes nesta Casa. Precisávamos participar desse evento a fim de conduzir nossos trabalhos durante os próximos quatro anos. Sr. Presidente, é com muita expectativa que meus olhos se voltam para os compromissos de trabalho assumidos na nossa querida Minas Gerais. Nosso Estado trilha hoje um dos caminhos mais promissores na busca de um desenvolvimento sustentável, com qualidade de vida e um governo comprometido, e hoje se encontra no “ranking” dos Estados mais importantes da nação brasileira. Essas metas foram iniciadas pelo ex-Governador e hoje Senador Aécio Neves e se complementam com o governo do Prof. Antonio Augusto Anastasia, antes somente um técnico especializado em planejamento, mas que hoje mostra grande habilidade na arte de fazer política. Nosso Governador, certamente com toda sua experiência e competência, continua o brilhante trabalho de reestruturação do Estado na busca de melhor qualidade de vida para o povo mineiro. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, minha emoção - e não poderia deixar de falar dela - é muito grande neste momento e se une a um sentimento de gratidão ao povo mineiro por ter-me confiado um mandato de Deputado. Em especial, gostaria de falar de nossa querida Sete Lagoas, representando todas as cidades nas quais fui votado. Sete Lagoas, que também é conhecida como A Cidade dos Lagos Encantados, foi apontada pela revista “Veja” como balneário industrial e uma das 20 cidades do futuro no cenário nacional. Sete Lagoas, situada na região central do Estado, com uma população de aproximadamente 220 mil habitantes, a 70km de Belo Horizonte, figura como a oitava economia do Estado e o quinto entroncamento logístico mais importante do País. Essa situação privilegiada tem atraído grandes empreendedores e criado um novo ciclo de produção diversificada no nosso parque industrial. Somos conhecidos como a Capital brasileira do ferro-gusa, com uma capacidade instalada de 220.000t por mês. Isso representa uma grande vitrine para empresários do setor que desejam investir na indústria de transformação, agregando valor ao produto e fortalecendo o setor guseiro, que já foi responsável por 47% do nosso Valor Agregado Fiscal - VAF - e hoje, mesmo com toda a crise mundial que perdura, principalmente nos países europeus, ainda contribui com 25% do VAF. O nosso desenvolvimento também é puxado pela Iveco, uma das maiores fábricas de veículos leves e pesados do mundo e que tem previsão de investimentos, para este ano, de cerca de mais R\$300.000.000,00, transformando a unidade de Sete Lagoas numa das principais geradoras de emprego da nossa cidade. Na esteira do progresso, contamos ainda com aproximadamente 20 indústrias-satélites de autopeças instaladas ou em fase de instalação, próximas à fábrica, para atender a Iveco, no eixo industrial da Rodovia MG-238.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ao decantar todo esse desenvolvimento, estação tão auspiciosa de nossa história, digo com muita propriedade que tudo isso está mudando a vida de milhares de pessoas, gerando empregos e fortalecendo a economia tanto da nossa cidade como do Estado, melhorando, assim, a qualidade de vida do nosso povo. Não poderia também deixar de citar outras empresas, como a Ambev, a quinta maior cervejaria do mundo, que hoje produz cerca de 40 milhões de litros por mês, a fábrica de tecidos Cedro Cachoeira, a Itambé e a Bombril, entre outras. Há que destacar também a fábrica de cimentos Brennand, que será inaugurada ainda este ano e que tem previsão de gerar cerca de 1.500 empregos diretos e indiretos. A cidade também vem-se destacando muito em investimentos no campo da educação, caminho trilhado por muitos países para chegar ao Primeiro Mundo. Contamos hoje 13 faculdades que acolhem cerca de 20 mil alunos, o que significa, sem dúvida alguma, a consolidação de uma cidade universitária. No campo do esporte, muito nos orgulha a Arena do Jacaré, construída dentro dos padrões dos melhores estádios do País, com capacidade para 20 mil pessoas e com iluminação executada pela nossa grandiosa e respeitada Cemig, dentro do mais alto padrão de tecnologia do mundo. E aqui gostaria de abrir um parêntese para agradecer ao ex-Governador Aécio Neves e ao Governador Anastasia o investimento feito na cidade, transformando Sete Lagoas em um grande palco de eventos esportivos. Muito nos orgulham também os Lagos Encantados, o Parque da Cascata, a Serra de Santa Helena, vigilante e atenta, testemunha permanente da nossa vida e da nossa história, a Gruta Rei do Mato, única gruta viva em formação visitável do Brasil, uma obra de arte esculpida pela mão da natureza, hoje monumento estadual. Jamais poderia deixar de citar o nosso folclore, onde dominam o congado e as folias de reis, que, somados, envolvem cerca de 4 mil participantes. Estamos a um passo de nos tornarmos um polo turístico, e ações nesse sentido já estão sendo implementadas. Temos também a maior horta comunitária do mundo, construída debaixo das redes de transmissão da Cemig, gerando centenas de empregos para as famílias de baixa renda, além de fomentar a agricultura familiar. Não poderia deixar de citar o setor de serviços e comércio que crescem a passos largos: o Shopping Center Lagoa, com suas 150 lojas, um empreendimento de R\$70.000.000,00, e, brevemente, a inauguração do Lagoa Center Shopping, no coração da cidade. Todo esse progresso, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, irradia também expectativa de melhores momentos também para a economia dos Municípios da região da Amav, no entorno de Sete Lagoas.



Tudo isso porque sinto uma espécie de dever. Dever de trazer ao Plenário desta Casa o perfil da cidade e da região que me deu mais de 80% dos votos para que hoje eu possa usar esta tribuna como representante do povo mineiro, o que me orgulha muito e faz aumentar a minha responsabilidade de trabalhar e buscar mais investimentos nas áreas de educação, saúde, saneamento, dentre outras. Espero que o eco da minha voz, que representa milhares de mineiros, possa repercutir nos órgãos governamentais, sensibilizando os governos para atender os pleitos e os anseios de nossos municípios. Invoco a inscrição do nosso brasão “ad altiora nata” - Sete Lagoas, uma cidade nascida para o alto -, e gostaria de estendê-lo a todas as cidades mineiras que, de alguma maneira, participaram para que eu pudesse usar a palavra neste momento. Gostaria de levar nossa mensagem, nosso abraço e nosso agradecimento a essas pessoas que confiaram em nós, depositando seu voto na urna para que hoje pudéssemos estar aqui representando não só o PMN, mas as cidades que nos confiaram esse mandato. Concedo um aparte ao nosso querido amigo, Deputado Duarte Bechir, hoje também companheiro de partido.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Nobres pares da Casa, Deputado Duílio de Castro, eu não poderia deixar de apartear V. Exa. sendo este o seu primeiro discurso, sua primeira participação nesta tribuna. Tenho certeza de que o companheiro, que defende, assim como eu, no PMN, a liberdade, vai estar na tribuna outras vezes para ajudar na construção da nossa Minas Gerais, que caminha a passos largos para o desenvolvimento em todos os setores. Queria tão somente, neste momento, dizer ao companheiro que essa marca ficará por muitos e muitos anos. O trabalho de V. Exa. está somente começando. Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, Vereador atuante, tem demonstrado um trabalho exemplar por onde passa. Sei que esse momento hoje, na tribuna, é especial, marcando o início efetivo de um parlamentar que vem para somar, engrandecer Minas Gerais, como também o Partido da Mobilização Nacional. Seja bem-vindo e parabéns pela fala. Os cumprimentos do companheiro Duarte.

O Deputado Duílio de Castro - Muito obrigado, companheiro, Deputado Duarte Bechir, atuante, que tem feito um trabalho exemplar nesta Casa. Os nossos agradecimentos pelas palavras de V. Exa. que se referem a minha pessoa. Certamente seremos parceiros e trabalharemos pelo desenvolvimento e em prol do povo mineiro. Concedo um aparte à Deputada Luzia Ferreira, que também fez um grande trabalho como Presidente na Câmara Municipal.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - A Assembleia Legislativa ganha muito com a sua presença. Quem passa pelo poder local, como é seu caso, não só como Vereador, mas também como Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, uma grande cidade, próxima de Belo Horizonte e entre as 10 maiores cidades de Minas, certamente tem muito a contribuir aqui, na discussão dos problemas de Minas Gerais. Será também um representante à altura de Sete Lagoas. Já o conhecia. Como também Presidente do Legislativo Municipal, estivemos juntos em vários momentos, discutindo problemas que diziam respeito ao fortalecimento do Poder Legislativo. Parabéns a V. Exa. Cumprimento o eleitor de Sete Lagoas, que soube reconhecer a sua liderança, o seu compromisso. Pode ter certeza de que, juntos, continuaremos discutindo os problemas não só de Minas, mas também de nossas cidades.

O Deputado Duílio de Castro - Muito obrigado, Deputada.

Sr. Presidente, gostaria de discutir mais dois assuntos, mas não sei se haverá tempo. Um foi trazido pelo Deputado Bruno Siqueira ontem e falava sobre os “royalties” do pré-sal. Temos que fazer uma mobilização em Minas Gerais, precisamos fazer um mutirão da mobilização. Deputados, Vereadores, Prefeitos, precisamos fazer esse mutirão, defender os interesses do povo mineiro e mostrar ao Rio de Janeiro que o subsolo e o mar não são do Rio de Janeiro, são de todos os brasileiros. É a oportunidade de trazer recursos aos Municípios, principalmente os menores, que dependem de recursos do governo federal. Talvez seja a nossa oportunidade de defendê-los.

Trarei essa matéria à Casa novamente no momento oportuno para um debate mais amplo.

Neste finalzinho, gostaria de parabenizar a nossa Secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, que esteve aqui, ontem. Não tive a oportunidade de manifestar-me naquele momento, mas gostaria de parabenizá-la por ter dado ontem uma aula de gestão pública. Sou formado em Administração e sei da facilidade que teve em chegar aqui e falar, bem como do conhecimento que demonstrou possuir. Deu uma aula sobre a reestruturação do Estado, mostrou onde o Estado estava, onde está e aonde quer chegar. Precisamos reconhecer que o governo do Prof. Antonio Augusto Anastasia acerta novamente quando coloca no planejamento uma Secretária como a Renata Vilhena. Com muita propriedade, demonstrou um amplo conhecimento para estar à frente dessa Pasta. Tenho certeza de que contribuirá muito para a continuação da reestruturação do Estado, que vai levá-lo ao topo do “ranking” dos Estados mais bem administrados da nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço aos Deputados que me apartearam. Um abraço a todos, principalmente ao povo mineiro, que contribuiu com a democracia e me confiou o seu voto para que eu pudesse aqui, hoje, representá-lo.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Luzia Ferreira - Sr. Presidente, Deputado José Henrique. De antemão, cumprimento toda a Mesa Diretora desta Casa. Quero manifestar, de forma especial, minha alegria de ter visto a instalação nesta semana do projeto de sustentabilidade ambiental. Leve os meus cumprimentos ao Sr. Presidente. Eu já estava de certa forma incomodada por não ter onde colocar separadamente os papéis que usamos em profusão aqui, na nossa atividade parlamentar. A Casa, então, pensou um projeto, que está sendo implementado, ao qual já manifesto a adesão do meu gabinete. Já trabalhava com a sustentabilidade na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Faço uma reivindicação a fim de que a Casa disponibilize papel-ofício reciclado para que possamos também fazer os nossos ofícios seguindo essa linha de sustentabilidade. É uma pequena contribuição, um pequeno exemplo que podemos dar no dia a dia da nossa atividade.

Manifesto a minha alegria de integrar este seletto grupo de representantes do povo, 77 Deputados e Deputadas. Neste curto período de convivência, enalteço a capacidade de trabalho de todos vocês, a capacidade de iniciativa política, de estarem atentos aos problemas de Minas Gerais, do Brasil e do nosso povo. É com muita alegria que estou aqui, vindo do poder público de Belo Horizonte, onde tive o meu trabalho reconhecido pela população como Vereadora e como gestora pública da Prefeitura de Belo Horizonte. Quero aqui fazer um cumprimento especial à bancada feminina da Casa, Deputadas Rosângela Reis, Liza Prado, Maria



Tereza Lara e Ana Maria Resende. Se para todos nós é difícil vencer essa barreira da representação parlamentar, de convencer os eleitores, de nos apresentar à população e ser vitoriosos, para as mulheres, que têm toda uma história de exclusão do espaço público, começando, inclusive, no poder local, no âmbito das nossas cidades, é muito mais difícil. Então, as companheiras que aqui estão merecem esse cumprimento especial, pois estamos quebrando os paradigmas no Brasil de ter, nos seus mais de 500 anos de história, essa reiterada exclusão das mulheres do espaço político. Talvez o Brasil seja a única democracia no mundo que teve uma participação ativa das mulheres no processo de redemocratização, mas não conseguiu, nessa vigência do período democrático, garantir às mulheres condições para que pudessem ser vitoriosas, não só no Parlamento, mas também nos Executivos, onde a nossa presença nunca ultrapassou o patamar de 10%.

Queria dizer que durante minha campanha política, em que fui eleita, tive imenso prazer de, com muita dedicação, defender o nome do nosso Governador Anastasia. Fomos coligados, pois o PPS, meu partido, é um aliado tradicional do PSDB. Trata-se daquelas alianças que defendemos com convicção, não é apenas uma aliança formal. Por onde passava, quando me perguntavam qual era o meu Governador, tinha o prazer de dizer que apoiava Antonio Anastasia.

Neste momento, quero dizer aos colegas - às mulheres, aos homens, às Deputadas e aos Deputados - que essa satisfação começa a mostrar que tinha muita assertividade. Ontem, recebemos nesta Casa a Secretária Renata Vilhena. Como mulher, sinto muito orgulho de ver uma mulher ocupando um cargo de tanto destaque em nível de governo estadual, com tanta competência e tanta responsabilidade pública na sua missão: administrar a Secretaria de Planejamento. Vimos ontem um governo que marcará, em Minas e no Brasil, a gestão pública inovadora, com coerência, que tem uma lógica em todo o processo de reestruturação.

Encantou-me saber que esse projeto, que é uma gestão em rede, com sua horizontalidade permitirá, como pilar, a interferência e a participação da população na avaliação e na condução dos principais projetos de políticas públicas do governo do Estado. No entanto, destaco a modernidade de tratar a questão de forma intersetorial, de buscar, até mesmo no governo, na gestão de políticas públicas, a transversalidade e a intersetorialidade, pois o cidadão é um só. Por todos os lados por onde andamos, sabemos que os cidadãos precisam de educação e de saúde. Sabemos que a saúde, para dar certo, deve ser incorporada às atividades de lazer, culturais e físicas; e que a educação deve estar articulada com o esporte, a cultura, o lazer e a saúde. No entanto, continuávamos tendo uma gestão pública compartimentada, ou seja, cada um em seu caixotinho, na sua secretaria executando apenas suas políticas públicas.

Esse novo conceito, que é inovador no Brasil, extremamente importante para a eficácia e a eficiência das políticas públicas, começa a se desenhar neste Estado. Vencida a questão da legalidade das leis delegadas, o mais importante a ser discutido é exatamente o conteúdo da reforma que trouxe essa grande inovação na gestão pública, que irá regionalizar ações, trabalhar de forma intersetorializada e que, por isso, permitirá, de forma mais efetiva, a participação da sociedade civil. Encheu-me de orgulho poder voltar ao meu eleitor para dizer: estávamos certos ao elegermos nosso Governador Anastasia e continuarmos esse governo, que começou em 2003 com Aécio Neves, em cuja gestão o atual Governador, em áreas diferentes, também contribuiu decisivamente para reorganizar esse modelo de gestão.

Gostaria de destacar duas novas ações desse governo que julgo serem da maior importância: a primeira é o Decreto nº 45.550, de fevereiro deste ano, que propõe a contrapartida social para transferência voluntária de recursos do Estado para os Municípios. A primeira vez na história deste país um Governador também articula a liberação e os investimentos nas áreas urbanas com a melhoria dos indicadores e das ações na área social. Articulado com essa reforma, com o mesmo modelo de gestão, previsto nas recentes leis implementadas no Estado, temos o Decreto nº 45.550, que é uma novidade; portanto servirá de exemplo. Ele melhorará os indicadores da saúde e da educação, como o nível de aprendizado e do Ideb, e os da evasão escolar e da distorção de faixa etária. Também haverá a questão do controle da dengue e dos índices de assistência social. Então, quero falar da minha alegria de ver que o governo, para além das intenções, efetivamente começa a criar novos instrumentos e possibilidades de gestão para alcançar esse sonho que é de todos nós: garantir a ampliação da cidadania plena e a melhora da qualidade de vida da população e ter um Estado mais harmônico no seu desenvolvimento regional e, portanto, mais democrático. Esse modelo não hierarquizado, mas horizontalizado também permite uma interferência e uma participação de forma mais efetiva.

Quero também ressaltar uma outra iniciativa que, como bióloga, muito me alegra: a implantação na cidade de Lagoa Santa do Centro de Tecidos Biológicos, que será o primeiro de forma integrada da América Latina e propiciará elementos para que a nossa rede hospitalar realize as novas terapias, estas, aliás, que são o que há de mais inovador na medicina: as células-tronco e os transplantes de células de medula óssea. Esse centro, o CTBio, fornecerá sangues raros, peles, tecidos musculares, ossos e células de cordão umbilical, placentárias e de medula óssea. Ele é uma inovação extremamente positiva na área da saúde, a qual não tínhamos e não existe no Brasil nem na América Latina. Assim, vemos o compromisso de também dotar o nosso Estado de todas as possibilidades para melhorar a saúde, talvez a maior demanda da população em todos os níveis. Vemos que, com as medidas do governo do Estado, isso está saindo do papel e deixando de ser um sonho para se transformar em realidade.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - É um prazer muito grande apartear-lá, Deputada Luzia Ferreira, e também recebê-la nesta Casa. Temos uma expectativa muito grande quanto ao seu trabalho. Há também uma preocupação generalizada da Assembleia Legislativa de Minas Gerais de ter, cada vez mais, um nível elevado para construir um Estado mais avançado, como tem feito o nosso governo, desde o tempo de Aécio Neves e Anastasia, e agora continuando com Antonio Augusto Anastasia e Alberto Pinto Coelho. V. Exa., desde os bons tempos de Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, demonstra toda a sua competência.

Quando tivemos a oportunidade de vê-la eleita Deputada e agora na tribuna desta Casa, nós, que temos a honra de liderar o bloco ao qual V. Exa pertence, o Bloco Transparência e Resultado, bloco de sustentação do governo do Estado, não poderíamos deixar de estar presentes para revelar a nossa alegria em tê-la do nosso lado, em tê-la na Assembleia de Minas. Até porque, Deputada, temos muitos assuntos para tratarmos juntos. Na verdade, temos resultados do governo que aí está e muito que falar, como demonstrou ontem a Secretária Renata Vilhena e hoje demonstra muito bem V. Exa. Estamos no bloco de sustentação do governo e temos tranquilidade nessa situação. Conversava sobre isso. Defendemos o governo com a consciência tranquila, seguros de que ele é bom para Minas Gerais, de que está fazendo o Estado avançar, desde os idos de 2003, desde o Choque de Gestão, passando pelo Estado para



Resultados e agora pelo Estado em Rede. Tudo isso facilita o nosso trabalho. Assim, mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. e todos os novos Deputados que chegam a esta Casa com seu trabalho e sua disposição.

A Deputada Luzia Ferreira - Muito obrigada, Deputado. Conte sempre comigo na articulação do nosso Bloco Transparência e Resultado.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Minha dileta amiga Deputada Luzia Ferreira, por termos tido êxito no pleito eleitoral de 2004, tivemos a oportunidade de chegar juntos à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Participamos da Legislatura 2005-2009. Em 2010, fomos reeleitos Vereadores e agora chegamos juntos a esta Casa Legislativa, à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Quero felicita-la. Sou testemunha da sua inata vocação não só para o exercício eletivo, mas também para servir ao próximo. A sua história antecede ao mandato eletivo, ainda à frente de mais de uma regional em Belo Horizonte. Desejo-lhe todo o sucesso. Da minha parte, receba o meu respeito e a minha admiração. Aqui, lamentavelmente, há poucas mulheres, apenas cinco, mas qualitativamente elas estão muito bem representadas. Vocês, mulheres, vêm cada vez mais ocupando importantes espaços, de tal forma que no nosso país temos, pela primeira vez, uma Presidente da República. E V. Exa. foi a primeira Presidente da Câmara Municipal da nossa Capital, portanto tenho certeza de que nesta Assembleia prestará relevantes serviços ao povo de Minas. Parabéns e sucesso.

A Deputada Luzia Ferreira - Deputado Fred Costa, obrigada pelas palavras. Também sou admiradora do seu trabalho, da sua capacidade, da sua eficiência ao estudar e atuar nos assuntos novos, já como Deputado. Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que, nesta semana, a Presidente Dilma listou os cortes no Orçamento. Vi, com muita tristeza, os cortes no programa Minha Casa, Minha Vida. Ontem postei no "Twitter" - hoje repercutiu em um jornal - um comentário denominando Dilma de Mãos de Tesoura. Não é o Edward do filme, porque ele fazia belas esculturas com as suas habilidosas mãos de tesoura. Acredito que a Presidente Dilma, ao cortar R\$5.000.000.000,00 do programa Minha Casa, Minha Vida, portanto 40% de todos os recursos destinados a essa área, não só mutilou os sonhos de milhões de brasileiros, mas também arranhou, mutilou sua credibilidade, porque esse foi o assunto e o compromisso mais assumido durante a campanha eleitoral, ou seja, que não haveria cortes, que esse programa seria prioridade. Ela se apresentou como a mãe do PAC; portanto ficamos muito tristes ao saber que o sonho da casa própria, que foi arduamente discutido como compromisso de campanha, foi o corte mais drástico, em termos de políticas públicas, na divulgação dos cortes do governo. Deixo registrado meu inconformismo com essa medida. Trata-se de uma política pública fundamental para a população mais pobre deste país. É injustificável essa ação. É, de certa forma, jogar por terra tudo o que foi dito na campanha eleitoral.

Quero fazer coro com o Deputado Carlin Moura, que não está aqui agora - olha que ele é Deputado de um partido da base aliada -, que também postou no seu "Twitter": Como vamos enfrentar os grandes problemas do Brasil? Cortando investimentos e elevando os juros, conforme receita recente do governo federal? Deixo a minha indignação com esse corte. Minas Gerais é o Estado que mais perderá com essa ação, considerando-se também as emendas da bancada federal. Espero que se articulem, pois Minas é um Estado importante. Aliás, foi aqui que nasceu a Presidenta. Isso foi muito divulgado para atrair votos. Esperamos que ela reveja esses investimentos no Estado. Minas é o segundo Estado da Federação, deu a ela uma votação expressiva, e precisamos continuar avançando nesse sentido. Mais uma vez, registro o meu inconformismo com essa tesourada no programa Minha Casa, Minha Vida, e, de resto, em todos os investimentos das emendas parlamentares que estavam previstos para Minas Gerais. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para lembrar a reunião de ontem e externar grandes elogios à presença da nossa Secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, que nos beneficiou com todos os esclarecimentos necessários a respeito do tão discutido e debatido assunto da lei delegada. Nossa Secretária foi muito feliz, pois pôde, no tempo permitido pela democracia da Casa, fazer colocações adequadas à arguição formulada por todos nós do Plenário da Assembleia Legislativa.

Mas no meu entendimento, Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, a discussão de leis delegadas e medidas provisórias não faz muito sentido, já que são ambas dispositivos constitucionais. O que me deixa um pouco perplexo é que nesse cenário jurídico, Sr. Presidente, alguns gestores públicos estão inovando, como o Governador do Distrito Federal, Sr. Agnelo Queiroz, do PT, que está fazendo uma reforma administrativa por meio de decreto. Não sou eu quem vai dizer que isso está errado ou correto; é simplesmente uma inovação.

Simultaneamente, a Presidente Dilma também inova: com o aval da sua base aliada no Congresso, vai majorar o salário mínimo do povo brasileiro por meio de decreto. Também não vou discutir se isso está certo ou errado. Quero apenas alertar que esse dispositivo jurídico deixou, caro Deputado João Leite, vários integrantes das escolas de pensamento jurídico do País em conflito: alguns dizem que sim; outros, que não. Mas o que nos deixa mais perplexos, Deputado Doutor Wilson, é que, a partir de agora, a majoração do salário mínimo vai ser feita nos corredores frios do Palácio do Planalto. Foram afastados das discussões as centrais sindicais e aqueles que nos representam no Congresso Nacional: Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores. Mais ainda: a equação formulada - que não é matemática, já que a matemática é exata, mas econômica - apresenta diversas variáveis. Assim, a majoração do salário mínimo será feita pela meta inflacionária e dos dois últimos anos do crescimento do PIB. Fica, então, o alerta: e se o PIB não crescer? Se tivermos uma crise? Aí, inventa-se nova equação - econômica, não matemática.

Paralelamente a isso, para refletir um pouco mais, no ano passado o Ministro Mantega afirmou várias vezes na mídia que não haveria ajuste fiscal em 2011. Agora, fomos surpreendidos com esses cortes. São cortes altamente expressivos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados! As universidades federais e os centros educacionais tecnológicos terão um corte, Deputado João Leite, de 10% no custeio, atrapalhando o plano de reestruturação e ampliação dessas instituições federais de ensino. A Polícia Federal e as pessoas do Ibama terão cortes em suas diárias e passagens - como vão ficar o trabalho nas fronteiras e o trabalho de policiamento e de segurança nacional? Mais ainda, tivemos aumento na taxa de juros. Mais ainda, foram tomadas medidas restritivas ao crédito. E, como bem disse aqui a nobre Deputada Luzia Ferreira, em seu breve mas profundo pronunciamento, a mãe do PAC corta na carne o programa habitacional. Pobres coitados daqueles que sonhavam com sua casinha! É um programa de mídia. Falam tanto da mídia em Minas



Gerais, mas o que o governo federal faz com a mídia é de assustar, Deputados Gustavo Valadares e Bruno Siqueira. Tudo isso é impressionante. Mais ainda, Deputado Bonifácio Mourão, nosso Líder, que acaba de chegar, o governo federal vai autorizar mais transações cruzadas dentro das estatais.

Autorizará a transferência das ações da Petrobras e da Eletrobras para financiar o BNDES e a Caixa Econômica, que recentemente entrou numa gelada de negociação do Banco PanAmericano.

Portanto a mídia é muito boa, o estardalhaço é bonito, mas hoje já mudaram a cifra. Deputado João Leite, o corte real não é de R\$50.000.000.000,00, mas sim de R\$13.000.000.000,00, porque o resto são números maquiados. É uma contabilidade mística para inflar o superávit primário. Os economistas brasileiros de diversas escolas econômicas também ficam perplexos: “mas é isso tudo?”.

Na verdade, Presidente José Henrique, o que importa é a ação direta para os brasileiros. Vamos aguardar com expectativa o que acontecerá de efetivo para o povo brasileiro. E, Deputado João Leite, sabe por quê? Muitas pessoas estudaram, estudaram, estudaram, pagaram taxas de inscrição, porém cortaram o concurso público e suspenderam as nomeações. Recentemente, numa matéria em jornal, vemos que o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, por meio de medida provisória, está terceirizando serviços dos hospitais universitários. E o que acontecerá com quem fez concurso? É isso que tenho a dizer.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Rômulo Viegas, acompanho com muito interesse o seu discurso. Na verdade, fiquei um pouco preocupado em apartear-lo, já que V. Exa. inicia sua fala com seu vasto conhecimento. Normalmente as pessoas que aqui se encontram e que são formadas em Engenharia ficam apavoradas diante de um professor de Cálculo da Universidade Federal de São João del-Rei. No entanto V. Exa. faz um discurso denso, com conteúdo e muitas informações importantes.

Gostaria de ser breve, mas, ao ouvir o seu discurso, lembrei-me da palavra de Jesus, quando fez um alerta para seus seguidores: “Acautelai-vos do fermento dos fariseus e do fermento de Herodes”. Fermento de Herodes é o que vemos: o entusiasmo com a corte e com o poder, ser alguém, um Presidente. Excelência para cá, excelência para lá são gestos da corte, gestos dos palácios. Esse é o fermento daquele Herodes que, ao ver uma jovem dançando, prometeu até metade do reino para ela. No entanto ela não pediu nada mais que a cabeça de João Batista. Então o rei, já bêbado na corte, concedeu-lhe a cabeça do Santo João Batista, que morreu dessa maneira por causa do poder da corte. Afinal, o rei não volta atrás em suas decisões, não é mesmo? Esse é o fermento de Herodes.

Há também o fermento dos fariseus. Jesus nos alertou em relação a esse povo: “Faça tudo que eles falarem, mas não imitem as obras deles, porque falam mas não fazem”. “Sepulcro caiado”, disse o Senhor sobre eles. “Por fora eles têm uma aparência.”

Pois bem, estamos ouvindo as críticas às leis delegadas, mas, enquanto isso, em Brasília, o fermento está solto: decretos, medidas provisórias, alteração do salário mínimo por decreto, o que fere a Constituição. Vamos ver o que o Supremo falará sobre isso. Olha, esse é o fermento dos fariseus! Temos de ter cuidado com ele, pois os fariseus falam mas não fazem. Devemos fazer tudo que eles nos falam para fazermos, mas as obras deles não podemos imitar.

V. Exa. me fez lembrar desse alerta de Jesus: “Acautelai-vos do fermento da contaminação dos fariseus e do fermento da contaminação de Herodes”. Parabéns, continuo acompanhando o discurso de V. Exa., que traz uma grande contribuição para este Parlamento.

O Deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado, Deputado João Leite, meu irmão de fé. Quem sabe, aos poucos, todos nós assimilamos cada vez mais os ensinamentos de Nosso Senhor, nosso Salvador Jesus. Essa é uma tarefa difícil, nós dois sabemos disso, mas é a nossa meta, o nosso alvo.

Deputado João Vítor Xavier, é de assustar que já foi anunciado também que não haverá negociação de salários para os servidores públicos do governo federal. E, então, querem que o governo de Minas também promova isso. Como bem disse o Deputado João Leite, lá há uma prática, e aqui querem que a gente tenha outra.

Quero encerrar dizendo que estarei sempre nesta tribuna batendo em uma tecla que considero fundamental. Na condição de ex-Prefeito, digo que, se não promovermos um pacto federativo neste país, se o governo federal não tiver a honra e a dignidade, caro Líder Deputado Bonifácio Mourão, de rever, majorando, os índices do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - e do Fundo de Participação dos Estados - FPE -, ficaremos na mesmice: os Prefeitos com problemas nas portas, nas áreas de saúde, educação, segurança e infraestrutura. Se o governo federal tomar a iniciativa, tenho certeza de que os governos dos Estados também irão rever a distribuição do ICMS. Claro, porque o Município é a célula mãe, e ali está o problema. O governo federal tem de cuidar de política econômica, de política internacional. O gestor público é o Governador, é o Prefeito.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Deputado Rômulo Viegas, cumprimento V. Exa., principalmente pela segunda parte de sua fala. Apesar de ser um municipalista convicto, infelizmente, quanto mais caminho, mais me desanimo com o que tem sido feito no Brasil, principalmente nesse aspecto tão necessário que é o pacto federativo. O governo federal quer os Estados e os Municípios agachados perante seu poder. É o que temos visto. Passam um trator, como passaram na eleição da Ministra Dilma Rousseff, agora Presidente. O Presidente Lula elegeu a Dilma e teria conseguido eleger qualquer um de nós Presidente da República, claro, pelo seu talento, pela sua força pessoal, mas também pela força da máquina, que é muito grande.

Não existe compromisso com a redivisão do bolo. Os Municípios e os Estados ficam com os pires estendidos, porque não é interessante dar força para o Estado, pois, de um Estado como o nosso, por exemplo, podem surgir grandes lideranças que incomodarão o projeto nacional. Essa é a grande necessidade do nosso país, é a necessidade premente do Brasil: uma discussão aprofundada de um novo pacto do governo federal com os Estados e com os Municípios. Não é mais possível que o Prefeito, para conseguir uma obra aqui em Belo Horizonte, por exemplo, tenha de passar a semana de pires na mão, batendo na porta da Presidente ou do Presidente, para conseguir uma duplicação da Avenida Antônio Carlos, um pouquinho mais de verba para o metrô ou dinheiro para o Anel Rodoviário, como está me lembrando o Deputado João Leite, porque o dinheiro não vem. A Praça São Vicente, em Belo Horizonte, por exemplo, é um dos principais pontos de estrangulamento, e o dinheiro não vem para a obra ser feita. O dinheiro do Anel Rodoviário não vem, e a cada dia um caminhão capota e mata tirando a vida do povo belo-horizontino. O governo federal vai querer que os Municípios fiquem eternamente de cócoras esperando a sua boa vontade, porque isso é o neocoronelismo que vivemos no Brasil. Muito obrigado.



O Deputado Rômulo Viegas* - Agradeço o aparte do nobre Deputado João Vítor Xavier. Fico muito feliz em saber que a sua bandeira também é a do municipalismo. Vamos solicitar ao Líder do nosso bloco que implemente uma frente com esse objetivo, para realmente fazermos essas coisas acontecerem.

Ao encerrar, Sr. Presidente, o Deputado João Vítor Xavier alertou: a ganância do ano passado foi tanta que acordou o dragão inflacionário. Este já está dando as primeiras baforadas. E, para aquietá-lo, a conta azeda acaba de chegar: são cortes perigosos. Veremos aonde tudo isso chegará. Como sempre, a população brasileira, que não tem tanta informação, ficará no prejuízo. Muito obrigado, Sr. Presidente. Até breve.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Enquanto me encaminho à tribuna, já concedo aparte ao nobre colega Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Gustavo Valadares chega, o aparte que faço a ele é para comunicar a esta Casa que, logo no início da legislatura, solicitamos ao Presidente a criação de uma comissão permanente para idosos e deficientes. Ontem, na reunião da Mesa, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, autorizou, primeiramente, o estudo para a criação dessa comissão. Será mais uma vitória desta Casa e deste Deputado, que criou a TV Assembleia, que abriu essa comissão. Como o Deputado João Leite diz, com a força e o incentivo do Deputado Dinis Pinheiro, ela trará frutos para os deficientes e idosos do nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço o trabalho de V. Exa., grande Deputado desta Casa. Nos 4 minutos e 53 segundos que me restam, quero anunciar que estarei de volta à tribuna pelo art. 70 para, como fizeram o Deputado Rômulo Viegas e outros Deputados, fazer um balanço da audiência pública de ontem, que durou 4 horas. Mesmo durando 4 horas, a Oposição disse que o tempo foi curto. Faço um desafio público. Durante os últimos quatro anos de mandato, não tivemos mais do que uma dezena de reuniões que duraram 4 horas, sendo que a Secretária de Planejamento e Gestão do governo esteve presente todo o tempo. Se houve algum erro por parte desta Casa, ocorreu por parte dos Deputados do Bloco de Oposição, que sugeriram a mudança da reunião para o Plenário. Se permanecesse no Plenarinho IV, a reunião poderia durar até a noite, pois não havia outra reunião marcada. O meu amigo Carlão, assessor do Bloco de Oposição, sabe disso, mas a Oposição quis que a reunião fosse trazida para o Plenário. Todos os Deputados da Oposição que estavam presentes na reunião são experientes, a maioria com mais de dois mandatos, e sabiam que às 14 horas a reunião deveria ser encerrada para dar lugar à reunião ordinária, que nunca pode ser cancelada, sob pena de se abrir um precedente perigosíssimo para a Casa. Portanto, se houve erro de estratégia, este foi cometido pela Oposição. A Secretária esteve presente durante toda a reunião, sem se levantar sequer para ir ao toalete. É o Bloco Minas sem Censura.

Então, quero agradecer à Secretária, que se colocou à disposição. Mesmo tendo retornado de merecidas férias no dia anterior, às 10 horas já estava aqui para esclarecer algumas dúvidas da Oposição. Parece que eram poucas dúvidas, porque houve poucos questionamentos, que serão respondidos por nós, Deputados da base do governo, e que foram incansavelmente respondidos pela Secretária Renata Vilhena. Agradeço à Secretária a boa vontade e a presteza em atender esta Casa. Ela deu mais um exemplo de que este governo não teme nem temerá vir à Assembleia para esclarecer qualquer dúvida a respeito de projetos de lei, leis delegadas etc., porque este é um governo transparente que age de maneira responsável.

Também quero parabenizar o meu colega de partido Deputado Gustavo Correa, que trabalhou e, na primeira reunião como Presidente da Comissão de Administração Pública, deu um "show": foi imparcial, soube ser um árbitro e conduziu a reunião com maestria singular.

Por fim, parabenizo todos os que estiveram presentes, inúmeros parlamentares da base do governo e da Oposição, servidores, representantes de sindicatos. A reunião foi construtiva e benéfica para o Poder Legislativo e para a população de Minas, que pôde, mais uma vez, atestar que o Estado está em boas mãos.

O Estado está em mãos de pessoas sérias e comprometidas única e exclusivamente em melhorar a qualidade de vida do povo mineiro, seja do Norte de Minas, do Sul, do Centro-Oeste, da Zona da Mata, do Triângulo Mineiro, do Rio Doce. Enfim, dos quatro cantos de Minas. Estou muito tranquilo em defender um governo que trabalha de maneira séria e correta. E assim o farei, Sr. Presidente, dentro de 10 a 15 minutos, novamente pelo art. 70. Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de debater e dirimir alguns pequenos questionamentos que ainda existiam por parte da Oposição em relação à Secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de fazer um questionamento a V. Exa., solicitando que consultasse até a assessoria da Casa. O Deputado Duarte Bechir pertence a um partido que está no bloco liderado pelo Deputado Tiago Ulisses, que não está na Casa, e ele gostaria de falar pelo art. 70 em nome do Bloco. Como os Vice-Líderes ainda não foram escolhidos, eu, como Líder da Maioria, poderia fazer essa solicitação ou apenas o Deputado Tiago Ulisses pode fazê-la?

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Informo ao nobre Deputado que V. Exa. poderia fazer a indicação apenas para o Bloco Transparência e Resultado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Não há ninguém que possa fazê-lo pelo bloco do Deputado Duarte Bechir, na ausência do Líder?

O Sr. Presidente - Não, apenas o Líder ou os Vice-Líderes do bloco.

O Deputado Gustavo Valadares* - Quem sabe o Deputado mais velho? Iniciarei meu pronunciamento e deixarei este questionamento.

O Sr. Presidente - Está com a palavra o Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Iniciarei minhas palavras com um pronunciamento já feito por outro parlamentar nesta Casa. Peço licença, até pela ausência dele - ele é meu amigo, respeito-o muito. Ele disse o seguinte em um pronunciamento feito em 10/5/2000: "Peço aos Deputados que deleguemos de vez esse poder ao Governador do Estado". Ele estava



falando sobre lei delegada. Também no mesmo dia 10, em outro pronunciamento, disse: “Portanto, solicitaria aos Deputados que déssemos essa delegação ao Governador, e não meia delegação”. O autor desse pronunciamento é o Deputado Rogério Correia, pessoa que respeito muito. Ele está em Brasília, mas gostaria que estivesse aqui para que debatêssemos esse pronunciamento. Ele defendeu, em maio de 2000, a concessão de poder ao então Governador Itamar Franco para edição de leis delegadas naquele governo. Ontem o Deputado Rogério Correia, e não é segredo para ninguém, disse aqui que defendeu naquela época essa delegação de poderes ao Governador do Estado porque se trataria apenas de questão de aumento de salário de servidores. Fiz questão de verificar a Resolução nº 5.194/2000, projeto encaminhado à Casa pelo Governador solicitando o direito de redigir leis delegadas. Ela diz o seguinte, no parágrafo único do art. 1º: “Estende-se a delegação de que trata o “caput” à reestruturação de carreiras e de quadros de pessoal das administrações direta e indireta do Poder Executivo.” Então não se tratava apenas, quando da aprovação, - e foi aprovada - da concessão ao Governador do Estado do direito de redigir leis delegadas para majoração de salário de servidores. Está claro aqui, no parágrafo único, que se tratava até de reestruturação de carreiras de servidores das administrações direta e indireta do Estado.

Queria apenas fazer essa observação no início de meu pronunciamento para deixar claro que ontem os questionamentos feitos pela Oposição não puderam e não podem ser feitos pela questão da legalidade, da juridicidade da edição de leis delegadas. Na política, Deputado Adelmo Carneiro Leão, tudo é cíclico. Estamos hoje no Bloco da Situação e V. Exa. pertence ao Bloco da Oposição. Amanhã poderemos estar no bloco da Oposição e V. Exa. no da Situação. Isso acaba nos trazendo um ensinamento: cautela na hora de defendermos ou atacarmos algumas bandeiras no Parlamento, porque podemos defender essa bandeira e daí a alguns dias podemos estar do outro lado atacando-a. Por isso, precisamos de um pouco de cautela. Antes de conceder aparte aos Deputados Rômulo Viegas e João Leite, quero dizer que ficou claro para mim que, como o Líder do Bloco da Oposição, Deputado Rogério Correia, em 2000, votou e pediu expressamente que dessem a delegação ao Governador Itamar Franco à época, a questão das leis delegadas não pode ser posta como uma questão de legalidade, conforme dito por um ou outro que é inconstitucional, que deveríamos acabar com isso ou com aquilo. Não é por aí.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Parabeno o Líder da Maioria, Deputado Gustavo Valadares, que, com muita propriedade, retoma o tema das leis delegadas. São muito interessantes os rumores que chegam ao nosso conhecimento, segundo os quais, na Capital brasileira, dentro do Congresso, estão promovendo uma coleta de assinaturas para interferir na Constituição e acabar com as leis delegadas. Poderíamos então, de público, registrar, perante a imprensa, que eles também deveriam colher as assinaturas para acabar com as medidas provisórias. O Deputado João Leite falou, com muita propriedade, que lá há um comportamento, e aqui há outro. Aqui há um discurso, e lá há outro, e temos que fazer o papel de prestar esclarecimentos. Com o valor que a mídia gastou nesta semana falando em lei delegada no Estado poderíamos estar debatendo muito mais assuntos interessantes a respeito de projetos que visem melhorar a condição da população da nossa cidade. Agradeço-lhe o aparte.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa. o aparte que engrandece este pronunciamento.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Parabéns a V. Exa. Pesquisou, e a Assembleia Legislativa nos dá essa oportunidade, com uma estrutura muito forte de assessoria, documentação, memória, lembrança e arquivos muito ricos, aos quais podemos recorrer em alguns momentos. Lembro-me de que naquela época não havia o Democratas, era o PFL; e o PSDB e o PFL eram oposição nesta Casa. O Deputado Rogério Correia era Vice-Líder do governo, e o PT apoiava o governo do PMDB. Lutamos muito contra aquela delegação, porque ela não visava apenas mexer com o salário dos servidores, mas mexer nas tabelas salariais. Naquele momento foi feita uma injustiça que nunca mais o Estado de Minas Gerais corrigirá: o Soldado ficou com o piso salarial de R\$900,00, e o professor ficou com o piso de R\$180,00. Só que há uma diferença: temos 15 mil soldados e 300 mil professores. Como as carreiras serão equilibradas agora? Quando houver qualquer movimento salarial, os Deputados sentirão como vai ser difícil buscar uma equiparação.

É importante lembrar também que o Deputado Amilcar Martins, do PSDB, àquela altura entrou com uma legislação, solicitando...

O Deputado Gustavo Valadares* - Uma emenda, para que as leis delegadas redigidas pelo Governador retornassem à Casa, para passar pelo crivo dos parlamentares.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Derrotada a emenda, ninguém veio à Assembleia Legislativa explicar absolutamente nada. O governo não aceitou vir aqui e nenhum Secretário compareceu à Assembleia Legislativa.

É importante dizermos isso porque os que nos acusam hoje gritavam, em outra época, desta tribuna: “O PSDB e o PFL são contra os servidores, não querem dar aumento para os servidores”. E nos impuseram uma derrota colocando aquela lei delegada, que não foi uma lei como essa que tratou de questões administrativas, explicadas aqui ontem. Foi uma lei que mudou para sempre as carreiras salariais, as tabelas salariais no Estado de Minas Gerais. Parabéns, Deputado Gustavo Valadares!

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa. Sr. Presidente, tenho apenas mais uma observação. No Distrito Federal não existe lei delegada. O Governador Agnelo Queiroz, do PT, recentemente empossado, extinguiu algumas secretarias, criou outras, fez remanejamentos por meio de decreto, que não passou pela Câmara Legislativa. E a lei delegada passa pela Câmara Legislativa!

Se as senhoras parlamentares e os senhores parlamentares não quiserem conceder o direito ao Governador de elaborar leis delegadas, ele não terá esse direito. Decreto não passa nem se discute na Casa. O PT, que governa o Distrito Federal, fez, então, mudanças na administração direta e indireta do governo do Distrito Federal por meio de decreto.

Mais do que isso, faço aqui uma convocação nesses seis minutos que me restam. Solicito aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, independentemente de coloração partidária, de questões políticas e ideológicas, que fiquemos ao lado do povo mineiro e brasileiro. A Presidenta Dilma Rousseff, como gosta de ser chamada, recentemente empossada, encaminhou o primeiro projeto de envergadura ao Congresso Nacional, cujo assunto era o salário mínimo. Por esse projeto, a partir do próximo ano, 2012, o salário mínimo seria estabelecido por decreto sem que passasse por discussão dos nobres Deputados Federais e nobres Senadores da República. Esse é o modelo de governar da ex-Ministra e agora Presidenta Dilma.



Faço, assim, um convite, até aos nobres parlamentares do PT, que têm acesso muito mais fácil, direto à cúpula do governo federal: que nos ajudassem a extinguir esse projeto, essa ideia e que fizessem retornar essa prerrogativa ao Congresso Nacional, foro adequado para discutir e aprovar o salário mínimo anualmente. É uma solicitação que faço.

O Deputado Rogério Correia ontem disse que uma das suas preocupações se referia à criação de cargos em comissão no governo do Estado. Essa questão foi amplamente esclarecida nesta Casa ontem pela Secretária, por Deputados da base de sustentação: os cargos criados são uma pequena parcela para atender à nova estrutura do Estado, a esse novo modelo de gestão que vem se aperfeiçoando já pelo terceiro mandato consecutivo. Iniciamos com o Choque de Gestão, que teve a sua segunda fase, e já estamos na terceira fase. Nada, é claro, pode começar e terminar da mesma maneira. As coisas vão evoluindo e se modificando, e para melhor. É por isso que foram criados cargos, para se estabelecer uma nova e melhor interlocução entre o governo do Estado, as suas políticas públicas e a população de Minas Gerais.

É interessante dizer que o governo federal criou, só no ano passado, por medida provisória, mais de mil cargos em comissão. Relembrei aqui pronunciamento do Deputado Rômulo Viegas, há 30 minutos, quando disse que o governo federal cortou os concursos públicos em função do ajuste feito nas contas públicas do governo federal. Não cortaram nos 38, 39 Ministérios, mas as oportunidades de concurso público para profissionais que querem ingressar na carreira pública. Resolveram, então, cortar nessa área, mas não cortaram nos cargos comissionados.

Tenho comigo aqui inúmeras medidas provisórias que tratam de cargos comissionados. A Medida Provisória nº 503, de 22/12/2010, que não está muito distante, cria 184 cargos comissionados de direção e 300 de função técnica na Autoridade Pública Olímpica, que já estão discutindo novamente. Há também a Medida Provisória nº 499, de 25/8/2010, que institui uma gratificação de exercício para cargos de confiança. Vejam bem, instituiu-se por medida provisória uma gratificação para cargos de recrutamento amplo, cargos de confiança. Há também a Medida Provisória nº 483, de 24/3/2010, que cria cargos em comissão do grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS -, no Ministério da Saúde, 118 cargos, e no Ministério da Integração Nacional, mais 16. Tudo por medida provisória.

Fiz um levantamento de toda a gestão do Presidente Lula. Há, em 2008, medida provisória criando 2.795 cargos de Analista Técnico, mais 3.600 cargos de Assistente, 600 cargos de Higienista e por aí afora.

Gostaria de dizer que precisamos, sim, valorizar o servidor público, e em Minas se valoriza. De todos os cargos comissionados do Estado, 80% deles, que poderiam ser preenchidos por pessoas de fora da administração pública direta, são preenchidos por concursados, ou seja, servidores públicos de carreira. Dos cargos em comissão do Estado, 80% são preenchidos por servidores de carreira, e apenas 20% preenchidos por pessoas de cargos comissionados que vieram de fora para aprimorar e auxiliar na gestão do governo do Estado.

Sr. Presidente, eram essas as observações que tinha a fazer. Gostaria de agradecer a atenção dos nobres parlamentares. Sinto-me um pouco triste por não estar presente o Líder da Oposição, meu colega e amigo Deputado Rogério Correia, para debatermos pessoalmente essas questões. Tenho certeza de que durante os próximos quatro anos teremos inúmeras, centenas e milhares de oportunidades de fazê-lo.

Hoje, dia seguinte ao da visita da Secretária de Planejamento a esta Casa, não poderia deixar de fazer essas ponderações. Sr. Presidente, para encerrar, e em nome do Deputado Duarte Bechir, gostaria de saber se V. Exa. tem a resposta ao meu questionamento. Isso não é possível. O Deputado Duarte Bechir disse que tudo já foi esclarecido, então, para mim, está resolvido. Muito obrigado a V. Exa. e aos assessores da Casa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, estamos apresentando uma emenda, para a qual pedimos o apoio dos Deputados, que acrescenta à Comissão de Esporte e Lazer a temática “juventude”. Ao analisar a competência das comissões permanentes desta Casa, com o intuito de trabalhar a temática da juventude, toda a sua problemática, o protagonismo juvenil, não encontramos nenhuma comissão que trate diretamente dessa questão, que é bem ampla. Trata-se de uma política pública transversal, que deve tramitar em todas as temáticas da Casa. Ao compararmos com a estrutura do Estado, que já possui uma subsecretaria especialmente ligada à juventude, a de Esportes e Juventude, sugerimos que seja acrescentada a essa nova Comissão, aprovada ano passado nesta Casa, que trata de esporte e lazer, a temática “juventude”.

Em diálogo com vários Deputados, por se tratar de uma comissão de esporte, lazer e juventude, sugerimos não discutirmos esporte e lazer para a juventude, mas a juventude como um tema a mais. A Comissão teria como característica principal trabalhar a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do Estado. Acredito que, da mesma forma que se debateu no Fórum Democrático, ocorrido nas últimas semanas, a questão da juventude na temática “esporte e juventude” - já se abriram aqui vários espaços para o Parlamento Jovem -, a Casa abriria importante espaço de debate sobre a juventude, as drogas, o emprego e o trabalho, enfim, toda a temática que envolve hoje no Brasil a política pública para a juventude. Está-se discutindo o Estatuto da Juventude, e, mais uma vez, ressalto que o próprio governo possui a Pasta de Esporte e Juventude. Portanto, a Casa encaminha um processo importante para que todos os Deputados possam pontuar essa temática da juventude de forma mais específica. Ressalto também que conversei com membros da Comissão de Esportes - o Presidente, Deputado Marques Abreu, os Deputados Fabiano Tolentino e Adeldo Carneiro Leão - e, na própria Comissão, houve o consenso de que essa temática é importante. Nesse sentido, solicito o apoio dos Deputados para que a temática “juventude” seja acrescentada a esta Comissão, que se tornará Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, que criamos há 15 anos. Este Deputado diz a V. Exa. que ainda não recebeu o CD, apesar de ser Líder do Governo e velho nesta Casa. V. Exa. não se lembra perfeitamente - foi há pouco tempo, há 16 anos -, subimos à tribuna e solicitamos a criação da TV Assembleia, que foi para mostrar a realidade desta Casa.



Antigamente, cada um tinha um pequeno monitor. Estava sendo implantada a TV a cabo em Belo Horizonte. Quero relembrar essa história para chegarmos a esta emenda que apresento hoje. Então, há 16 anos, pagava-se e passava. Mostramos que estava na hora de mostrar os trabalhos do Parlamento pelo menos para a TV a cabo. O que fizemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Conseguimos colocar a TV Assembleia em 532 casas. Foi um marco para a época. A televisão cresceu. Naquela época, havia uma censura do Diretor da Casa e da Liderança de Governo. Só deixavam passar o que era de interesse do governo. Começamos a bater nessa tecla e dar transparência a esta Casa. Hoje estamos no ar 20 horas por dia, com uma programação que mostra a nossa realidade.

Sr. Presidente, hoje damos mais uma colaboração ao Parlamento. Fui Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Ali recebíamos várias reivindicações das pessoas com deficiência física, que enfrentavam determinadas dificuldades. Logo no início desta legislatura, conversando com o Presidente Diniz Pinheiro, mostramos o que poderíamos fazer e chegamos a um denominador comum.

Apresentei um requerimento, que foi imediatamente acolhido pelo Presidente Diniz Pinheiro e que hoje divulgo, de criação de mais uma comissão: a Comissão de Defesa de Direitos das Pessoas com Deficiência. Tenho a certeza de que esse assunto será muito discutido e de que essa comissão vai mostrar serviço e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Tiramos esse assunto da Comissão do Trabalho e criamos essa comissão, que será um marco para esta Casa. Tentei incluir nela assuntos relativos aos idosos, mas achamos melhor, como o tema específico já implica grande volume de trabalho, deixarmos esse assunto em outra comissão.

Essa é a comissão que queremos criar e que se empenhará na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Peço a aprovação para a criação dessa comissão, que, tenho certeza, será mais um marco nesta Casa, como o foram a TV Assembleia, a lei antifumo, a lei de ficha limpa para cargos do Executivo, e outros projetos que apresentamos aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/3/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Duílio de Castro

nomeando Nayara Ferreira de Souza Saraiva para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Gabinete do Deputado Neilando Pimenta

nomeando Rosely Soares Chaves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Luiz Viana David para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 1º/3/2011, na pág. 80, col. 2, sob o título “Gabinete do Deputado Pompílio Canavez”, onde se lê:

“Jose Donizete Pereira”, leia-se:

“José Donizetti Pereira”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 512/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 4/3/2011, na pág. 63, col. 2, no art. 4º do projeto, onde se lê:

“observado-se o limite”, leia-se:

“observando-se o limite”.

RESOLUÇÃO Nº 5.345, DE 4 DE MARÇO DE 2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 5/3/2011, na pág. 67, col. 1, no art. 4º, onde se lê:

“observado-se o limite”, leia-se:

“observando-se o limite”.